



**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RUBEM EVERTON VAREJÃO MENEZES VALÉRIO

**A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NA ALEMANHA
PERANTE A CRISE DOS REFUGIADOS DE 2015: UM DESAFIO
PARA A UNIÃO EUROPEIA**

RECIFE - PE

2019

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RUBEM EVERTON VAREJÃO MENEZES VALÉRIO

A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NA ALEMANHA
PERANTE A CRISE DOS REFUGIADOS DE 2015: UM DESAFIO
PARA A UNIÃO EUROPEIA

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã.

**Orientador: Prof. MSc. Luís Emmanuel
Barbosa da Cunha.**

RECIFE - PE

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

V164a Valério, Rubem Everton Varejão Menezes.
A ascensão da Extrema Direita na Alemanha perante a crise dos refugiados de 2015: um desafio para a União Europeia / Rubem Everton Varejão Menezes Valério. – Recife, 2019.
58 f.

Orientador: Prof. Ms. Luís Emmanuel Barbosa da Cunha.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Nacionalismo. 2. Xenofobia. 3. Migração. 4. Euroceticismo. I. Cunha, Luís Emmanuel Barbosa da. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2019.2-420)

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RUBEM EVERTON VAREJÃO MENEZES VALÉRIO

**A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NA ALEMANHA
PERANTE A CRISE DOS REFUGIADOS DE 2015: UM DESAFIO
PARA A UNIÃO EUROPEIA**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã.

**Orientador: Prof. MSc. Luís Emmanuel
Barbosa da Cunha.**

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Elton Gomes dos Reis
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Dr. Rodrigo Santiago da Silva
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Orientador Prof. MSc. Luís Emmanuel Barbosa da Cunha
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu o dom da vida e me abençoa todos os dias com seu amor infinito.

Aos meus pais, Edna e Rubem (*in memoriam*), pelo amor incondicional por mim e minha irmã.

Aos meus avós Cleonice e João (*in memoriam*) por me ensinarem valores importantes e contribuírem com a minha educação sempre.

A minha tia Lígia por cuidar de mim como um dos seus filhos, me auxiliando em todas as ocasiões.

A minha irmã Ruana e aos meus primos Alonso, Cléo e Adeline por sempre torcerem e vibrarem pelas minhas conquistas.

Ao meu amor, Lívia Lorena, por estar comigo em todos os momentos. Com ela tudo fica melhor.

Ao meu professor orientador, Luís Emmanuel, pelo apoio e empenho dedicados ao meu trabalho de conclusão.

Por último, mas não menos importante, agradeço a mim por não me permitir desistir.

A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NA ALEMANHA PERANTE A CRISE DOS REFUGIADOS DE 2015: UM DESAFIO PARA A UNIÃO EUROPEIA

Rubem Everton Varejão Menezes Valério

Resumo

É possível identificar, de forma clara, novos traços na política externa mundial com o fim da segunda década do século XXI. As alterações no cenário internacional podem ser verificadas com uma nova tendência: a anuência de ideais de extrema direita ao redor do mundo. É possível averiguar a progressão deste tipo de discurso em países como Hungria, Itália, Áustria e Brasil. O presente trabalho se debruça sobre uma investigação do crescimento de manifestações de ideais de uma direita extremista na Alemanha, evidenciados principalmente pela participação política do partido Alternativa para Alemanha, procurando compreender como este processo pode representar um desafio para a cooperação da União Europeia. O ressurgimento do discurso de extrema direita no cenário europeu tem sua origem na crise econômica de 2008, que afetou todo o globo, e intensifica-se com a crise migratória de 2015, quando milhares de refugiados vindos sobretudo do Oriente Médio buscam adentrar as fronteiras europeias. O resultado desses fenômenos foi um processo de hesitação e insatisfação com o desenho institucional e cooperativo da União Europeia, deixando nítidas as fraquezas do bloco e evidenciando elementos de proteção à economia e a valores culturais e étnicos.

Palavras-Chave: Nacionalismo. Xenofobia. Migração. Euroceticismo.

Abstract

It is possible to clearly identify new features of world foreign policy with the end of the second decade of the 21st century. Changes in the international landscape can be seen with a new trend: an ascent to far-right ideals around the world. It is possible to calculate the progress of this kind of discourse in countries such as Hungary, Italy, Austria and Brazil. This paper is an investigation into the growing manifestations of ideals of an extreme right in Germany, evidenced mainly by the participation in the politics of the party Alternative for Germany, trying to understand how this process can represent a challenge for the European Union. The resurgence of far-right speech on the European scene stems from the worldwide economic crisis of 2008 and intensifies with the 2015 migration crisis, when thousands of refugees mostly from the Middle East seek to cross European borders. The result of these phenomena was a process of hesitation and dissatisfaction with the institutional and cooperative design of the European Union, highlighting the weaknesses of the bloc and some elements of protection to the economy and to cultural and ethnic values.

Keywords: Nationalism. Xenophobia. Migration. Euroscepticism.

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AfD	Alternative für Deutschland
CDU	Christlich Demokratische Union
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Económica Europeia
CSU	Christlich-Soziale Union
EUA	Estados Unidos da América
NSDAP	Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
PEGIDA	Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes
RDA	República Democrática Alemã
RFA	República Federal da Alemanha
UE	União Europeia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	13
1. A ESPECIFICIDADE DA EXTREMA DIREITA E SUA ASCENSÃO NA ALEMANHA	13
1.1 A IDIOSINCRASIA DA EXTREMA DIREITA	13
1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TOTALITARISMO EM HANNAH ARENDRT	16
1.3 A EXTREMA DIREITA NA ALEMANHA NO PERÍODO NAZISTA.....	19
1.4 A EXTREMA DIREITA NA ALEMANHA PÓS-1945.....	21
1.5 A POLÍTICA EUROPEIA CAMINHA À DIREITA.....	24
CAPÍTULO II	27
2. ALEMANHA: UM PORTO SEGURO PARA OS IMIGRANTES?	27
2.1 A CRISE MIGRATÓRIA DE 2015	27
2.2 IMIGRAÇÃO NO ESTADO ALEMÃO MODERNO	30
2.3 O PAPEL DE ANGELA MERKEL	32
2.4 A POSSÍVEL ALTERNATIVA PARA A ALEMANHA	33
2.5 O MOVIMENTO PEGIDA	36
CAPÍTULO III	38
3. A AMEAÇA DA EXTREMA DIREITA ALEMÃ AO PROJETO EUROPEU DE INTEGRAÇÃO	38
3.1 O EUROCRETICISMO	38
3.2 O PROGRAMA POLÍTICO DO AfD	41
3.2.1 DEMOCRACIA E VALORES CENTRAIS	42
3.2.2 A EUROPA E O EURO	43
3.2.3 CULTURA, LÍNGUA E IDENTIDADE	44
3.2.4 IMIGRAÇÃO, INTEGRAÇÃO E ASILO	46
3.3 O EUROCRETICISMO NO DISCURSO DO AfD	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
---	-----------

INTRODUÇÃO

Há uma nova onda nas políticas externas dos países. Um processo de reconfiguração do cenário internacional que se arquiteta nas medidas de Trump, na guerra comercial sino-estadunidense, no *Brexit*, na guinada conservadora da postura diplomática brasileira no governo Bolsonaro, na escala de adesão às ideias de extrema direita por todo o mundo, dentre outros fatores que contribuem para a mudança de posições no tabuleiro mundial de Estados.

Essa pesquisa se propõe a elaborar um estudo a respeito da ascensão da extrema direita na Alemanha perante a crise dos refugiados e suas consequências para a União Europeia. O bloco, por sua vez, foi criado em 1993 à luz dos fundamentos de não discriminação, democracia, solidariedade e cooperação. Tais princípios estão passando, atualmente, por uma série de questionamentos, dúvidas e descrença inflamada por partidos e movimentos de extrema direita na Europa que reassumem retóricas nacionalistas, xenófobas e protecionistas. Com base nisto, objetiva-se analisar em que medida esse crescimento da aderência e apoio aos partidos e ideias de extrema direita na Alemanha pode desafiar o projeto da União Europeia.

Algumas das fraquezas que perturbam o bem-estar estrutural da União Europeia são questões relativas a impasses econômicos, multiculturalismo, por sua vez diretamente associado à imigração, além de adversidades quanto à segurança do bloco que foi palco de violentos ataques terroristas. O estouro da bolha imobiliária nos EUA e a subsequente crise econômica que assolou grande parte do globo, incluindo a Europa, agravaram tais fraquezas e intensificaram exponencialmente a insatisfação do povo com os governos e com o próprio desenho da União Europeia.

A escalada da insatisfação popular nos Estados europeus está firmando nas populações discursos de cunho nacionalista e conservadorista que clamam por uma proteção dos costumes, valores e cultura europeia, através da proteção das fronteiras para se evitar a entrada de migrantes, bem como da expulsão dos que conseguiram penetrar os Estados, com o intuito de “proteger” a economia e direcionar as ofertas de trabalho apenas para os cidadãos nacionais. Assim, crise migratória e os migrantes são vistos por uma grande fatia da população dos países-membros da União Europeia como fatores agravantes dos problemas econômicos enfrentados pelos países e ameaças à cultura da região. Esse descontentamento popular está reverberando em forma de um expressivo apoio a partidos de extrema direita.

Com o recente *Brexit*, a União Europeia e a Alemanha se encontram à beira de um ataque populista de direita que compromete a configuração e o futuro do bloco. A confiabilidade em Merkel, chanceler alemã, por exemplo, está em declínio desde que ela permitiu uma entrada em grande escala de migrantes no país em 2015 – aproximadamente um milhão – muitos deles muçumanos da Síria, Afeganistão e Iraque. Como mostra Netto (2018), a desaprovação da chanceler por parte da população favorece o *Alternative für Deutschland* (AfD, Alternativa para a Alemanha), partido que vem ganhando espaço político no país e ameaçando ocupar posições antes preenchidas pela coalizão União Democrata-Cristã e União Social-Cristã.

Apesar de ter sido fundado apenas seis anos atrás, o partido de extrema direita AfD entrou no parlamento alemão pela primeira vez em 2017. O partido tem levantado bandeiras “anti-euro” desde a sua criação e pressiona por medidas rígidas anti-imigração. Seus líderes, inclusive, já foram acusados de minimizarem as barbaridades nazistas (BBC, 2018). O resultado das eleições alemãs em 2017 foi o pior em 70 anos para os partidos União Democrata-Cristã e União Social-Cristã, mas foi suficiente para garantir a Merkel seu quarto mandato. O AfD, por sua vez, se tornou o maior partido de oposição no país. A insatisfação popular está impulsionando a extrema direita alemã e levando o país à mudança (BBC, 2018).

Em uma era pós-*Brexit*, um corte ou limitação de relações com a UE por parte da Alemanha, uma das principais forças e contribuintes, seria desastroso para o bloco. O discurso nacionalista anti-euro do AfD põe em xeque a união monetária, um dos elementos basilares do bloco, por exemplo. A forma diversificada com que os Estados membros da União Europeia lidaram com a crise migratória em 2015 pode ser vista como um arquétipo da transformação do bloco. Antes da crise, o bloco era exemplo de união e com uma homogeneidade de posições de certo modo consolidadas. Contudo, os membros do bloco decidiram manter sua soberania nos processos de solução dos problemas causados pela crise migratória. A partir disso, esta pesquisa questiona em que medida a ascensão dos partidos de extrema direita na Alemanha perante a crise dos refugiados ameaça o projeto da União Europeia. Para fins dessa discussão, foi delimitado o espaço de tempo entre os anos 2015 e 2018, ou seja, partindo do momento em que a crise migratória veio à tona até o ano imediatamente anterior à realização da pesquisa.

Desta forma, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro deles vai tratar das idiossincrasias da extrema direita, enquadrando conceitualmente o movimento e os partidos da extrema direita e levando em conta os diferentes debates acerca da temática.

É feita também uma revisão sobre as considerações de Hannah Arendt a respeito do totalitarismo, bem como sobre a extrema direita na Alemanha no período nazista. Dando continuidade ao debate da extrema direita em solo alemão, discutem-se os desdobramentos da extrema direita no país após o fim do período nazista e como ela foi se reconfigurando com o passar dos anos.

Posteriormente, no segundo capítulo, são examinados os fatores que levaram à crise dos refugiados na Europa, bem como é discutido o seu impacto dentro da conjuntura sócio-política alemã e na ascensão da extrema direita no país, além de revelar como o Estado alemão se difere no seu acolhimento para com os migrantes.

O terceiro e último capítulo foi reservado para a definição do euroceticismo e suas classificações, além de realizar um exame dos principais pontos do programa político do partido Alternativa para a Alemanha.

CAPÍTULO I

1. A ESPECIFICIDADE DA EXTREMA DIREITA E SUA ASCENSÃO NA ALEMANHA

1.1 A IDIOSSINCRASIA DA EXTREMA DIREITA

A busca por um enquadramento conceitual do movimento e dos partidos de extrema direita tem seguido por diferentes caminhos de estudo, com variadas definições, termos, nomenclaturas e características que compõem os conceitos descritivos desses grupos políticos. Há diferentes abordagens e interpretações desse fenômeno político. Autores como Hainsworth (2008), por exemplo, utilizam “extrema direita”, a despeito de existirem várias outras terminologias, como a de Betz (1994), que usa o termo “direita radical populista”.

“Extrema direita” também não é um rótulo que é prontamente aceito ou adotado pelos movimentos, partidos e apoiadores descritos como parte da extrema direita. Hainsworth (2008) mostra que a palavra “extrema” é o principal fator que impede esses grupos políticos de “abraçarem” a expressão, sendo até mesmo o termo “direita” visto como problemático para alguns deles. Assim, os partidos políticos que se enquadram no que poderia ser descrito como extrema direita tendem a aderir a autodescrições com ênfase em conotações positivas e unificadoras (HAINSWORTH, 2008). Isso fica claro nos nomes de alguns partidos europeus, como o Frente Nacional francês e o Aliança Nacional italiano.

Vale ressaltar que apesar de os partidos fascistas e neofascistas serem partes integrantes do corpo da extrema direita, nem todos os partidos e movimentos extremistas de direita correspondem a partidos fascistas e/ou neofascistas. Na perspectiva de Carter (2005), outros partidos que se oponham radicalmente ao sistema liberal-democrático podem fazer parte do grupo político da extrema direita. Dessa forma, com base no autor, apesar de o fascismo ter servido como uma referência ideológica relevante para alguns partidos e movimentos, conferir a tradição intelectual e ideológica da extrema direita apenas ao fascismo seria reducionista (CARTER, 2005).

A ideologia da extrema direita também é diversa e variante. Enquanto que em países como os Estados Unidos da América e Israel a religião e o fundamentalismo religioso exercem papéis centrais na constituição ideológica dos grupos de extrema direita das respectivas nações e na forma como eles encaram a sociedade, na Europa, em

contrapartida, ela desempenha um papel secundário, dando espaço para imigração e políticas de integração se caracterizarem como marcas da retórica da extrema direita. Apesar dessas variações, ideologicamente a extrema direita vai convergir com relação ao nacionalismo – um elemento definidor da visão de mundo da extrema direita. Por via de regra, o nacionalismo se refere a uma combinação entre identidade cultural, linguística e étnica com expressão política (HOBSBAWN, 1990).

Mudde (2007) argumenta, em seu livro sobre os partidos populistas radicais de direita na Europa, que uma combinação de nacionalismo e xenofobia, ao que ele chama de “nativismo”, seria a principal característica dos partidos da extrema direita. O autor utiliza a expressão “nativismo” visando excluir outras formas de nacionalismo, bem como sugerir que a extrema direita promove uma concepção étnica de nacionalismo. Em sintonia com Mudde (2007), Givens (2005) ressalta que uma das marcas definidoras da direita radical é o nacionalismo. No entanto, sugere que tal nacionalismo não é o comum, convencional ou liberal, mas sim um nacionalismo étnico, tendo em vista, dentre outros elementos, que esses partidos são contra a imigração e promovem o “chauvinismo assistencialista”, por exemplo.

A extrema direita contemporânea tem estado constantemente associada com a questão da imigração. Os partidos, então, tendem a caracterizar os imigrantes como ameaças, por exemplo, aos empregos, benefícios sociais, segurança, cultura, família, saúde e estilos de vida das populações nacionais (HAINSWORTH, 2008). Eles se opõem à imigração, de forma geral, daqueles oriundos dos países em desenvolvimento, englobando imigrantes, refugiados e requerentes de asilo. Tais grupos são vistos como transtornos, sendo, assim, indesejados. Norris (2005), ao escrever a respeito dos eleitores e partidos da direita radical, destaca que um dos principais fatores de mobilização de apoio à direita radical (a extrema direita) hoje é a ameaça do “outro”, impulsionada por padrões de imigração e o multiculturalismo.

A migração de trabalhadores, refugiados ou daqueles em busca de asilo e suas famílias é encarada pela extrema direita como algo que incentiva o multiculturalismo e o cosmopolitismo – elementos que, teoricamente, segundo eles, ameaçam a identidade nacional, cultura e coesão social (HAINSWORTH, 2008). Algumas das consequências desse posicionamento da extrema direita são campanhas anti-imigração e anti-imigrantes de natureza populista, com *slogans* cativantes, como “Alemanha para os alemães”, “França para os franceses”. Na perspectiva de Hainsworth (2008), as mensagens que essas campanhas deixam são de um etnocentrismo baseado em uma construção e representação reducionista do “povo”.

Betz (2003), por sua vez, explica que a direita radical populista contemporânea da Europa Ocidental desenvolveu um imaginário alternativo e abrangente fundamentado na noção de diferenças culturais. Entre os elementos centrais estão uma aguçada islamofobia¹ e uma hostilidade progressivamente crescente à ideia de um mundo sem fronteiras, interconectado e interdependente. Como mostra o autor, a direita populista se autodeclarou e se posicionou como um movimento de resistência que defende uma concepção de identidade europeia que ela considera substancialmente ameaçada (BETZ, 2003).

No entendimento da extrema direita, os pontos que envolvem a imigração estão diretamente relacionados a questões de nação, nacionalismo e identidade nacional. Hainsworth (2008) acrescenta que, na perspectiva desse grupo político, a nação é idealizada e popularizada como uma entidade homogênea e central para o povo. Ademais, elas são encaradas como entidades imutáveis, cujos atributos não estão abertos às transformações/contribuições de outras culturas (HAINSWORTH, 2008).

Essa visão nacionalista corrobora com o discurso direitista de que os investimentos públicos que englobam, por exemplo, saúde e moradia, devem ser destinados com exclusividade para os cidadãos nacionais. Mudde (2000), em seu estudo sobre a ideologia da extrema direita, ressalta que a principal característica da política socioeconômica dos partidos extremo-direitistas é o “chauvinismo assistencialista”, o chamado *welfare chauvinism*, em inglês. Em outras palavras, eles acreditam que os resultados obtidos pela economia nacional devem ser partilhados e beneficiar, antes de tudo, se não exclusivamente, seu próprio povo, e não imigrantes (MUDDE, 2000). Isso também implica um protecionismo da economia nacional contra a concorrência internacional.

Esse nacionalismo abraçado pela extrema direita muitas vezes caminha de mãos dadas com a islamofobia. Mas tal repulsa ao islã e aos mulçumanos tem raízes profundas na história ocidental. Kallis (2018) explica que a islamofobia contemporânea tem sido cultivada desde os antigos preconceitos anti-mulçumanos na Europa, ligados às Cruzadas e à construção da imagem do “outro” otomano. Esse pensamento continuou a ganhar força com o duradouro preconceito nativista europeu contra grupos imigrantes e foi aprofundado mais recentemente a partir dos ataques terroristas de 11 de setembro, nos Estados Unidos (KALLIS, 2018).

¹ Islamofobia corresponde às atitudes ou emoções negativas indiscriminadas direcionadas ao Islamismo ou aos mulçumanos (BLEICH, 2011).

Então a explicação para o apoio eleitoral aos partidos da extrema direita europeus reside no nativismo? A resposta é mais abrangente. Vários estudos, como o de Norris (2005), mostram que o sentimento anti-imigrante é o fator-chave dos votos aos partidos da direita radical. A imigração aflorou como a questão central da extrema direita na Europa Ocidental em torno dos anos 1980, tornando o sentimento anti-imigração o propulsor de atitudes de apoio à direita radical. Mudde (1999) complementa que apesar de a imigração ser uma questão medular dos partidos e grupos de extrema direita, suas demandas não se resumem a esta, tendo eles uma agenda ampla. O apoio à direita radical deriva, assim, de uma série de outros elementos além do sentimento anti-imigração.

Na visão de Arzheimer (2018), o conservadorismo moral e a homofobia, por exemplo, desempenharam um papel importante e, provavelmente, ainda são relevantes para alguns membros dos grupos da extrema direita. No entanto, esses elementos não exercem a mesma força na conquista de apoio que exerciam na extrema direita clássica, pelo menos em alguns países. O Frente Nacional francês é liderado por uma mãe solteira de três filhos, duas vezes divorciada. Fica claro, pelo menos no caso francês, que o conservadorismo moral opera de forma marginal, não atuando como um empecilho ao apoio popular ao partido de extrema direita.

O apoio aos partidos direitistas radicais apresenta um grau de variação considerável. Como mostra Arzheimer (2018), no sul da Europa, Chipre (até 2016), Malta, Portugal e Espanha nunca tiveram um partido de extrema direita com relevância no cenário político. Em contrapartida, esses grupos foram bem-sucedidos, de forma estável, na Áustria, Dinamarca, França, Itália, Noruega e Suíça. O apoio eleitoral à direita radical tem sido volátil na Alemanha, Grécia, Suécia e Reino Unido (ARZHEIMER, 2018). A crise de imigração na Europa em 2015 inflamou o suporte eleitoral aos partidos de extrema direita e deixou o cenário político europeu à beira de uma transformação.

1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TOTALITARISMO EM HANNAH ARENDT

Arendt, em um dos seus trabalhos de maior repercussão, *Origens do Totalitarismo* (2006), explana que grande parte da sociedade alemã apoiou e estava ciente das ações do regime nazista, o que funcionou como vento impulsionando as velas nazistas, uma vez que eles encaravam as multidões como ferramentas para executar seus objetivos. A autora aponta que uma das justificativas para o apoio maciço da população

alemã ao regime estava, nas palavras da estudiosa, “[na] apatia, e até mesmo hostilidade, em relação à vida pública” (ARENDT, 2006, p. 363), em um distanciamento das questões políticas, transferindo a outrem o poder de escolha e os apoiando. Tal apatia, como explica Arendt (2006) surge como resultado da sociedade de consumo:

A sociedade competitiva de consumo criada pela burguesia gerou apatia, e até mesmo hostilidade, em relação à vida pública, não apenas entre as camadas sociais exploradas e excluídas da participação ativa do governo do país, mas acima de tudo entre sua própria classe. O longo período do falsa modéstia, em que a burguesia se contentou em ser a classe social dominante sem aspirar do domínio político, relegado à aristocracia, foi seguido pela era imperialista, durante a qual a burguesia tornou-se cada vez mais hostil às instituições nacionais existentes e passou a exigir o poder político e a organizar-se para exercê-lo. Tanto a antiga apatia como a nova exigência de direção monopolística e ditatorial resultavam de uma filosofia para a qual o sucesso ou o fracasso do indivíduo em acirrada competição era o supremo objetivo, de tal modo que o exercício dos deveres e responsabilidades dos cidadãos era tido como perda desnecessária do seu tempo e energia (ARENDT, 2006, p. 363)

Assim, o totalitarismo nasce em um momento da história do continente europeu marcado pela instabilidade do sistema capitalista. Sem pormenorizar, o totalitarismo diz respeito à forma de governo em que um indivíduo ou um partido domina todas as esferas do Estado e exerce, também, forte influência e controle sobre os membros do Estado – os cidadãos. Na perspectiva de Arendt (2006), os movimentos totalitários são densas coletividades de indivíduos isolados e que se diferenciam dos outros partidos devido à presença de uma lealdade plena. Para a autora, é possível discutir as consequências de um regime que desmantelava o cenário político e utilizava o terror como ferramenta de intermediação do seu relacionamento com os cidadãos através do uso do conceito de totalitarismo (ARENDT, 2006).

Os regimes totalitários² voltam-se à eliminação do pensamento crítico e dos ambientes públicos para construir uma sociedade uniformizada e disforme. Para tal, utilizam a propaganda. Propaganda essa carregada de distorções da realidade, o que seria chamado hoje de *pós-verdade*³. Arendt (2006) explana que os discursos nazistas,

² Para Hannah Arendt, tanto a Alemanha nazista, de extrema direita, quanto a Rússia stalinista, de extrema esquerda, são consideradas como regimes totalitários.

³ Ler Genesini (2018).

principalmente os do *Führer*⁴, durante a guerra, estavam recheados de mentiras e eram usados como modelos de propaganda. A autora ainda entende a propaganda como sendo uma das características de maior relevância dentro dos movimentos totalitários, devido ao fato de fornecer meios para persuadir as massas e ganhar seu apoio, bem como inibir que elas se configurem como oposição (ARENDR, 2006).

A política, então, torna-se impraticável dentro do regime totalitário. Arendt (2006) aponta que o âmago da política é a liberdade; e a liberdade (de expressão, opinião, oposição, toda e qualquer outra) não é praticada em um sistema totalitário. A coerção e perseguição, alguns dos elementos basilares do totalitarismo, tornam a política uma atividade inexecutável.

Na concepção de Arendt (2006), o totalitarismo se estabeleceu como um sistema político original, sem ligação direta com qualquer outro na história política do ocidente. Parte dessa originalidade, como aponta a autora, decorre do seu respaldo na ideologia e no terror. Não se pode definir, assim, um regime totalitário como apenas uma tirania ou uma ditadura de partido único, tendo em vista que no totalitarismo não há leis, nem mesmo as leis arbitrárias. Na visão arendtiana, esse regime tem a pretensão de pôr em prática as próprias leis da natureza ou da história e tenta ir às fontes da legitimidade para eliminar o espaço entre legitimidade e legalidade, bem como tem a intenção de eliminar a distinção entre o público e o privado (ARENDR, 2006).

Assim, no núcleo dos movimentos totalitários está uma expressiva ideologia capaz de responder todas as questões, ao mesmo tempo em que não dá espaço para a crítica ou uma eventual mudança. Tal ideologia também serve como justificativa para os crimes cometidos contra tudo aquilo que se mostre como um obstáculo para a realização dos seus objetivos. Ela tende a se instalar em todos os âmbitos correspondentes à vida social, perpassando os meios de comunicação, as artes em suas diferentes mídias e até aqueles sem uma posição política tão definida, como os esportes. A divulgação da ideologia deve englobar todos os ambientes e meios (ARENDR, 2006).

Da mesma forma que a ideologia, como aponta a filósofa Arendt (2006), o terror funciona como um elemento estabilizador dos indivíduos e constrói uma barreira impossibilitando a comunicação entre eles. Ele destrói a individualidade e massifica os indivíduos, criando um todo. No totalitarismo, as pessoas são induzidas à solidão, a qual está relacionada com a ideia de não pertencimento a uma sociedade. Assim, as pessoas são programadas a uma situação em que não pensam, não sentem e nem agem. O nazismo, enquanto um regime totalitário, está respaldado na ideia da dominação

⁴ Termo em alemão para “líder”, utilizado para se referir a Hitler.

completa e absoluta por meio do terror, sistematizando a violência de maneira burocrática e desvinculando o indivíduo de sua própria humanidade.

É perante essa ótica que pode ser inserido o conceito de banalidade do mal forjado por Arendt (2013). Com a quebra de individualidade e a massificação do totalitarismo, é possível falar sobre a banalidade do mal, como Arendt viu ao participar do julgamento de Adolf Eichmman em Jerusalém.

Segundo Arendt (2013), a banalidade do mal nasce quando dentro de um Estado totalitário ocorre a obediência e a enorme burocratização de uma população. Ao transformar o indivíduo em massa, o Estado totalitário o desnuda de qualquer decisão moral através do seu aparato. No caso de Eichmman, Hannah Arendt afirma que ele não possuía “consistência própria, em que os clichês e eufemismos burocráticos faziam as vezes de caráter” (ARENDR, 2013, orelha do livro), mostrando então que para a banalidade ocorrer é necessário o processo de retirada da individualidade e da moral do indivíduo.

Com isto, é importante deixar claro que a banalidade do mal ocorre quando o outro – entendido aqui como grupo de indivíduos – é também desnudo da sua característica de humanidade, algo que foi enormemente propagandeado pelo discurso do Partido Nazista contra os judeus. Arendt (2013) afirma então que Eichmman não era um monstro perverso, mas sim um indivíduo que estava envolto em um aparato burocrático e cuja individualidade tinha sido retirada pelas engrenagens do totalitarismo. Para Eichmann, então, aquelas atrocidades eram apenas parte do seu trabalho, ordens que ele recebia e que deveria executar.

É a junção do totalitarismo com a retirada da humanidade do outro que permite que a banalidade do mal seja vista, tendo seu mais emblemático exemplo no funcionário alemão julgado em Jerusalém.

1.3 A EXTREMA DIREITA NA ALEMANHA NO PERÍODO NAZISTA

A proposição de que o Partido Nacional Socialista dos Trabalhados Alemães, o partido nazista, surgiu em resposta às condições dentro da Alemanha no final da Primeira Guerra Mundial, condições essas de crise política, econômica e social, tem sido tradicionalmente aceita pelos historiadores da Europa moderna. No entanto, autores como Hatheway (1994) afirmam que, numa investigação mais aprofundada, percebe-se que a fundação do partido nazista, em 1920, foi resultado direto de um diálogo político

a respeito das metas de guerras alemãs que teve início em 1915 com o industrialista Alfred Hugenberg e envolveu representantes dos militares e trabalhadores.

Em contrapartida, é inegável a situação calamitosa enfrentada pela economia alemã no período pós-Primeira Guerra Mundial até meados de 1924. O povo alemão foi flagelado pelo desemprego e inflação. A partir dessa conjuntura, o Partido dos Trabalhadores Alemães (*Deutsche Arbeiterpartei*, em alemão) foi fundado em 1919. O partido se caracterizava apenas como mais um dentro de uma série de novos partidos nacionalistas que surgiram no país naquele período (BERTONHA, 2000). Devido à desconfiança de que o partido tinha envolvimento com o comunismo, foi nomeado um “investigador” para examiná-lo – que viria a ser Adolf Hitler, então cabo do exército alemão (RIBEIRO, 1996).

Os atributos de Hitler enquanto figura política o fizeram chegar depressa à posição de líder do partido, o renomeando, então, em 1920, para Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP, na sigla em alemão⁵). Hitler desvinculou-se do exército alemão e, com a crescente relevância do partido no cenário político do país, começou a orquestrar um golpe de Estado, o *putsch*, à luz da “marcha sobre Roma” dos fascistas do seu vizinho europeu, a Itália (BERTONHA, 2000).

A tentativa de golpe em 1923 foi um fiasco e Hitler foi preso. Joachim Fest (2012), em sua biografia sobre o líder nazista, ressalta que foi nesse período, em que esteve encarcerado, que ele percebeu que o caminho até o poder teria que ser por meios legais e, conseqüentemente, o partido deveria se adequar aos moldes do sistema eleitoral alemão. Após receber a liberdade, em 1924, Hitler reorganizou o partido como um movimento de massas encabeçado por si próprio – o *Führer*.

Muito se discute sobre o que permitiu a ascensão do nazismo. Estaria a culpa na falta de união dos comunistas e social-democratas ou no apoio dos antigos e conservadores políticos da república de Weimar? Sabe-se que o partido nazista estava em um pico de popularidade graças, em grande parte, à massiva propaganda que fazia alusão ao terrível período recente de crise econômica e social que assolou o povo alemão (BERTONHA, 2000). Uma instabilidade política na república de Weimar semeou o terreno que os nazistas careciam. No primeiro mês de 1933, sob forte pressão da burguesia alemã, que temia uma revolução comunista no país, o presidente Paul Hindenburg declarou Hitler chanceler da Alemanha (FEST, 2012). O nazismo tinha, enfim, chegado ao poder.

⁵ *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*, em alemão.

A política empregada pela Alemanha nazista muito se assemelha com a empregada na Itália à época, apesar de cada um dos países ter seu próprio contexto, tradições e ideologias do movimento fascista. Convergiam em um fascismo respaldado no nacionalismo, na busca por um governo robusto e um líder carismático para encarar os problemas socioeconômicos (BERTONHA, 2000). A Alemanha estava sendo consumida pela Grande Depressão – iniciada com a quebra da bolsa de valores nos EUA em 1929 e que afetou todo o mundo capitalista – e ainda sofria com as sanções do Tratado de Versalhes, o que alavancou a força da propaganda e do discurso nazistas.

Com força total, os nazistas começaram a marchar contra aqueles considerados inferiores aos arianos, uma verdadeira caçada aos homossexuais, ciganos, pessoas com algum tipo de deficiência, judeus, imigrantes, dentre muitas outras minorias (RIBEIRO, 1996). Perante o regime nazista, a purificação do povo alemão era a solução para a maioria das adversidades enfrentadas pelo país e isso foi reforçado pelo discurso de superioridade da raça ariana. Em nome da prosperidade do Estado alemão, os nazistas isolaram os judeus e outras minorias e, em seguida, deram início à chamada *solução final*, que correspondeu ao extermínio dessas pessoas e a um dos maiores crimes contra a humanidade já praticados em todos os tempos, com milhões de vítimas (HOBSBAWN, 1995).

1.4 A EXTREMA DIREITA NA ALEMANHA PÓS-1945

Posteriormente à rendição da Alemanha nazista, o país foi dividido e ocupado pelas forças que saíram vitoriosas da Segunda Guerra Mundial – União Soviética, Estados Unidos, França e Reino Unido. A ocupação e a política de desnazificação comandadas pelos Aliados dificultaram o surgimento de organizações políticas nesse período. Mudde (2000) expõe que, entre 1946 e 1952, vários partidos de extrema direita foram fundados e tiveram sua existência autorizada dentro das três zonas da Alemanha Ocidental, conhecida a partir de 1949 como República Federal da Alemanha (RFA). No entanto, a maioria desses partidos não chegou a passar de bases regionais (MUDDE, 2000).

Em sintonia com Mudde (2000), Hainsworth (2008) ressalta que, nos anos iniciais seguintes ao fim da guerra, um número considerável de membros da extrema direita foi eleito para o parlamento federal da Alemanha ocidental, o *Bundestag*, mas o cenário enfrentado pelos partidos de extrema direita era, em grande parte, de

marginalização, fragmentação e proibição – como a do Partido Socialista do Reich, em 1952 – pelo Tribunal Constitucional Federal da Alemanha (HAINSWORTH, 2008).

O surgimento, em 1964, do Partido Nacional Democrático da Alemanha se configurou como uma luz de esperança para o sucesso eleitoral da extrema direita na Alemanha Ocidental – visto que o partido conseguiu eleger uma boa quantidade de representantes nos parlamentos regionais –, mas tal esperança não chegou a se concretizar. Como mostra Hainsworth (2008), o partido teve seu pico de apoio eleitoral na eleição de 1969 do *Bundestag*, na qual obteve 4,3 por cento dos votos, não atingindo o mínimo de 5% e ficando, assim, sem representação no parlamento. O declínio veio logo em seguida quando o partido perdeu suas representações regionais e sucumbiu envolto em fragmentação, perda de filiados e associação com elementos violentos.

Outro momento que marcou a cena política alemã no período posterior ao fim da guerra foi a emergência do partido *Die Republikaner* (“os republicanos”, em tradução livre). Foi fundado em 1983 e representou uma nova onda de extremismo direitista na Alemanha. À luz de Hainsworth (2008), o partido teve um impacto considerável em nível regional dentro do país nos seus primeiros anos – obteve, por exemplo, 7,5% dos votos nas eleições de Berlim Ocidental em 1989. No mesmo ano, também conseguiu 7,1% dos votos nas eleições europeias, obtendo o direito a seis representações dentro do Parlamento Europeu.

Além dos frutos colhidos pelo apoio eleitoral que o partido recebeu, em 1989 ele também alcançou a marca de vinte e cinco mil membros (BACKES & MUDDE, 2000). Em conformidade com Backes e Mudde (2000), tal acontecimento colocou o *Die Republikaner* no centro das discussões políticas no país naquele momento. Os olhos da opinião pública alemã estavam voltados para o partido, com centenas de artigos, editoriais e livros sendo escritos sobre ele. No entanto, assim como sua ascensão, o declínio do partido também foi rápido. A unificação da Alemanha em 1990 afastou os holofotes do *Die Republikaner* e, conseqüentemente, com os fiascos nas eleições seguintes, o partido foi posto em uma posição marginal no cenário político alemão (HAINSWORTH, 2008).

Como mostram Backes e Mudde (2000), até o ano 2000, com ressalva para as eleições do Parlamento Europeu em 1989 e algumas eleições regionais, os partidos da extrema direita alemã no pós-guerra não conseguiram um vultoso impacto no sistema partidário do país, caracterizando-se como os menos bem-sucedidos da Europa Ocidental, diferentemente de outras democracias como a França e a Áustria, cujos

partidos extremo-direitistas conseguiram progredir e conquistar um lugar de relevância dentro dos seus respectivos sistemas partidários (BACKES & MUDDE, 2000).

São muitos os motivos que levaram a essa presença até então insubstancial dos partidos de extrema direita na Alemanha pós-guerra. Na perspectiva de Backes e Mudde (2000), os horrores da era nazista, por exemplo, servem como uma força contrária de contenção ao extremismo de direita dentro na sociedade alemã. Além disso, o governo alemão também detém entidades voltadas para vigiar organizações potencialmente violentas e antidemocráticas. O fato de os partidos tradicionais, ou *mainstream*, rejeitarem uma política de coalização com a extrema direita também se mostrou vital para o isolamento desses partidos (BACKES & MUDDE, 2000).

Até o ano de 2000, a Alemanha ainda estava em processo de unificação em termos de sociedade e economia e enfrentava os seus subseqüentes problemas. Apesar disso, em concordância com Backes e Mudde (2000), o Estado alemão estava sendo capaz de fornecer um nível de bem-estar considerável para as populações de todas as regiões do país. Com isso, não havia nenhum conflito de redistribuição ou crise econômica para a extrema direita explorar.

Esse cenário de marginalização enfrentado pelos partidos de extrema direita na Alemanha perdurou pela primeira década do século XXI no país. A situação só veio mudar com o surgimento do *Alternative für Deutschland* (AfD, Alternativa para a Alemanha), em 2013. O partido se beneficiou de um terreno fértil criado pela crise do euro, e o apoio eleitoral que recebeu foi significativo e crescente. Em setembro de 2014, o partido recebeu 9,7% dos votos na Saxônia, 10,6% na Turíngia e 12,2% em Brandemburgo, estados da antiga Alemanha Oriental (RDA). (BACKES, 2018). O processo foi semelhante nos estados da antiga Alemanha Ocidental e, no ano seguinte, 2015, ganhou 6,1% dos votos em Hamburgo e 5,5% em Bremen (BACKES, 2018).

A pressão social gerada a partir da crise dos refugiados na Europa impulsionou os níveis de aprovação e apoio ao AfD. O partido teve uma grande vitória nas eleições de março de 2016 em alguns estados por todo o país. Na Saxônia-Anhalt, obteve 24,2% dos votos, já no estado da Renânia-Palatinado conseguiu 12,6% dos votos, enquanto que em Baden-Württemberg teve 15,1% (BACKES, 2018). Esse clima promissor foi sustentado pelo cenário político-social gerado a partir de ataques terroristas feitos por pessoas com histórico jihadista. Conseqüentemente, o partido recebeu expressivo apoio eleitoral também nas eleições de setembro de 2016 – 14,2% em Berlim e 20,8% em Mecklenburg-Vorpommern (BACKES, 2018).

De acordo com o especialista em extremismo político Uwe Backes (2018), desde a criação da República Federal da Alemanha nenhum partido da extrema direita tinha sido bem-sucedido a ponto de alcançar mais de 24% de apoio eleitoral. Um indicativo para tamanho sucesso do AfD seria uma decepção dos eleitores com os outros partidos da cena política alemã (BACKES, 2018).

Backes (2018) ainda acrescenta que o AfD acredita que a imigração é um dos grandes impasses que desafiam a sociedade moderna. O partido não fala em expatriação dos migrantes já alojados em solo alemão, no entanto demanda uma política anti-imigração mais rigorosa. Ademais, defende que os imigrantes devem ser assimilados, não integrados, à sociedade alemã (BACKES, 2018), uma ressalva do partido contra um possível multiculturalismo ocasionado pela presença e integração dos imigrantes.

1.5 A POLÍTICA EUROPEIA CAMINHA À DIREITA

Esse ressurgimento, ou melhor, fortalecimento dos partidos de extrema direita não é um fenômeno que se resume à Alemanha. Outros Estados europeus têm passado por situações semelhantes.

A Áustria, por exemplo, a partir do fim de 2017, vem sendo governada pelo chanceler Sebastian Kurz em coalizão com o partido de extrema direita *Freiheitliche Partei Österreichs* (Partido da Liberdade da Áustria, em tradução livre). Assim como na Alemanha, a crise migratória exerceu um papel-chave para o sucesso de Kurz. O chanceler, em 2015, quando ainda era Ministro das Relações Exteriores, fechou um acordo com os países vizinhos da Áustria na região dos Balcãs para fechar as fronteiras orientais da União Europeia aos imigrantes e refugiados. O plano teve êxito em reduzir o fluxo de chegadas de imigrantes e transformou Kurz em um herói nacional na zona rural conservadora austríaca, o que eventualmente o levou ao poder (SHUSTER, 2018). Em seu governo, o chanceler continua a exercer uma rígida política anti-imigração.

O discurso direitista anti-imigração também reverberou na Dinamarca, Estado que detém as mais rígidas regras de migração de toda a Europa. Isso é reflexo do poder do Partido Popular Dinamarquês, que está à direita politicamente e é o segundo maior partido do parlamento do país. Em decorrência da crise migratória, a Dinamarca aprovou uma lei que permite que a polícia confisque os bens dos migrantes para pagar pela manutenção de sua estada. Além disso, o uso de vestimentas que cubram integralmente a face – como a burca e o niqab – foi proibido em lugares públicos (ORANGE, 2018).

Apesar de não ter sua ascensão vinculada à crise migratória, a Hungria também tem um governo à direita. Viktor Orbán e o seu partido Fidesz estão no poder no país desde 2010. As políticas adotadas pelo primeiro-ministro desde então têm sido alvo de questionamentos sobre sua natureza democrática, principalmente em pontos como o direito ao acesso à informação, corrupção e até violência (KINGSLEY, 2018).

A Itália, um país vigorosamente afligido pela crise econômica de 2008, e o principal destino de migrantes do norte africano – 42 mil em 2013, 170 mil no ano seguinte e 181 mil em 2016 – também deu uma guinada à direita. O governo no país é composto por uma coalizão entre o partido Movimento Cinco Estrelas e o partido de extrema direita A Liga (Lega Nord, em italiano). Matteo Salvini, que encabeça A Liga, deixou de lado o eixo separatista do partido para governar o país que outrora queria deixar. A principal característica desse governo de coalizão que levou a Itália para a extrema direita é uma forte posição anti-imigração que inclui planos de deportação em massa de migrantes sem documentos (STILLE, 2018).

Assim como Viktor Orbán na Hungria, o partido *Lei e Justiça* converteu mal-estar econômico e o medo da imigração em sucesso eleitoral na Polônia, mesmo que os migrantes da crise de 2015 não tenham chegado ao país (THE ECONOMIST, 2018). Algumas das políticas de destaque do partido são as reformas no judiciário do país que dão ao governo o poder de demitir e nomear juizes e a tomada do controle da mídia estatal (THE ECONOMIST, 2018), atitudes que podem ser vistas como fatores que agridem a saúde da democracia polonesa. No dia da independência da Polônia em 2018, líderes e membros do Lei e Justiça marcharam ao lado de grupos da extrema direita. Como mostra Berendt (2018), no ato estavam milhares de ativistas da extrema direita conhecidos por promoverem *slogans* racistas, homofóbicos e supremacistas. Assim, nota-se que a imigração serviu como um elemento-chave para alavancar a direita em vários locais do mundo⁶ e reconfigurar as dinâmicas da política internacional. No centro desse novo cenário está a Europa que, mais uma vez, se vê diante de uma onda extremo-direitista, ao passo que a Alemanha, um dos pilares da União Europeia em termos econômicos, tem atualmente um movimento de extrema direita com força crescente que ameaça a estabilidade do bloco.

No próximo capítulo, serão debatidos os desdobramentos e principais fatores que levaram à crise de refugiados na Europa, bem como o seu impacto dentro da conjuntura

⁶ O medo e a tensão social gerada pela imigração também levaram os Estados Unidos da América um pouco mais à direita. Donald Trump, presidente-eleito do país em 2016, usou em sua campanha um forte discurso anti-imigração e xenofóbico que, em certa medida, culminou em seu sucesso eleitoral. Uma de suas propostas era a construção de um muro/barreira entre os EUA e o México visando impedir a entrada de imigrantes ilegais no país.

sócio-política alemã e na ascensão da extrema direita no país, que, em última instância, desafia a própria União Europeia com seu discurso nacionalista e anti-europeu.

CAPÍTULO II

2. ALEMANHA: UM PORTO SEGURO PARA OS IMIGRANTES?

2.1 A CRISE MIGRATÓRIA DE 2015

É reducionista condensar a crise migratória a um acontecimento que afetou puramente os Estados europeus. É possível encontrar suas causas e efeitos espalhados por todo o cenário internacional.

O deslocamento migratório está enclavado na história humana desde o surgimento da espécie. Do mesmo modo, as migrações compulsórias são anteriores às divisões fronteiriças dos Estados-nação. Na perspectiva de Chueiri e Câmara (2010), a migração forçada, ou compulsória, pode ser originada a partir de desastres econômicos ou naturais, como transformações drásticas no clima, fome, escassez de trabalho, em resumo, quando as circunstâncias básicas para a sobrevivência estão ameaçadas.

Dentro da ideia de migração compulsória estão os refugiados, indivíduos impossibilitados de continuarem em seus territórios por algum tipo de perseguição, seja ela política, religiosa, étnica, devido à orientação sexual ou gênero, seja por questões relacionadas a desastres de cunho climático/natural (CHUEIRI & CÂMARA, 2010).

As grandes guerras que marcaram o século XX trouxeram mais luz ao tema dos refugiados, principalmente no contexto europeu. O continente foi palco de significativas correntes migratórias, como a gerada a partir do genocídio armênio entre 1915 e 1917 (ROCHA *et al*, 2016). As ações da Alemanha nazista e sua perseguição e extermínio de minorias também aprofundaram a questão dos refugiados. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, o deslocamento em busca de refúgio foi intensificado (ROCHA *et al*, 2016). Como mostra Paiva (2008), o número de refugiados do período em que Hitler estava no poder varia entre 8 a 70 milhões dependendo da fonte utilizada. De qualquer forma, essa quantidade tamanha de refugiados é um marco na história da humanidade.

Esse gigantesco fluxo migratório fez com que as potências assinassem, em 1951, a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, que introduziu o regimento para o estatuto do refúgio (ONU, 1951). O Estatuto determina que as nações que assinaram a convenção assegurem aos refugiados dentro do seu território vários direitos outrora não garantidos. Mas a Convenção apresentava limitações, resumindo-se aos refugiados europeus resultantes dos desdobramentos da 2ª Guerra Mundial, deixando de lado, assim, outras correntes migratórias e fenômenos em outras regiões. Em uma tentativa de

corrigir essa distorção, foi criado o Protocolo de 1967 (ONU, 1967). A convenção e o protocolo junto a uma série de outros acordos regionais norteiam e estabelecem parâmetros internacionais para a forma como os refugiados são tratados.

A onda de refugiados acompanhou a transição dos séculos. Apesar da ausência de grandes conflitos mundiais como os que assolaram o século XX, a migração compulsória no século XXI continua crescente, atingindo níveis alarmantes já a partir de 2015. De acordo com informações do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) (2016), até o fim de 2015, um número estimado de 16,1 milhões de pessoas estavam sob os cuidados da instituição. Uma notável parte desses refugiados era oriunda do continente africano e do Oriente Médio, em sua maioria devido a conflagrações violentas.

No fim de 2011, o número global de refugiados assistidos pelo ACNUR era de 10,4 milhões, evidenciando um aumento de 55% em quatro anos. Esse crescimento foi impulsionado pelo conflito na República Árabe da Síria, que foi responsável por mais da metade dos novos refugiados em 2015 (ACNUR, 2016). A maioria dos refugiados sírios procurou proteção nos Estados vizinhos, como Líbia, Jordânia, Iraque e Egito, e quase um milhão buscou refúgio na Turquia durante 2015 (ACNUR, 2016). Na União Europeia, cerca de um milhão de indivíduos, dentre eles solicitantes de asilo, adentraram os países do bloco em 2015, de acordo com informações da Organização Internacional para a Migração (OIM, 2015). Segundo os dados da OIM, 50,2% dos 1.046.599 indivíduos que adentraram o bloco em 2015 advinham da Síria, enquanto 20% eram provenientes do Afeganistão e 7% do Iraque, dentre outros fluxos.

No entanto, essa chamada crise migratória está vinculada a um passado mais distante. A instabilidade gerada pelos avanços imperialistas pode ser entendida como um dos fatores-chave para tal crise. O modelo de dominação empregado durante o período de colonização fomentou e agravou desigualdades e conflitos regionais, muitos dos quais perduram até a contemporaneidade (LANGE, 2015). Ao escrever sobre a formação e transformação de Estados, Matthew Lange (2015) ressalta que, após os processos de independência, os países africanos, por exemplo, se encontravam estruturalmente em uma situação tão precária que não podiam prestar assistência adequada para sua população. Esses problemas estruturais, que se perpetuam em diferentes níveis, são as sementes das crises migratórias do século XXI.

Em termos geopolíticos, o Oriente Médio se encontra em uma posição estrategicamente privilegiada, o que já seria motivo suficiente para despertar o interesse dos Estados imperialistas em exercer mais influência na região. Para além disso, a

região detém reservas abundantes de petróleo. Como mostra Visentini (2012), visando estreitar as ligações e aumentar sua influência, os países imperialistas utilizam até mesmo a presença militar. Essa busca por influência acaba também desestabilizando os países da região.

Fora as investidas imperialistas e neocoloniais, a Primavera Árabe se apresenta como um fenômeno que teve implicações diretas na crise migratória que atingiu seu ápice em 2015. Na Síria, o líder Bashar al-Assad teve sua legitimidade fragilizada, uma vez que usou as forças armadas do Estado sírio contra sua população para reprimir os protestos, algo que estremeceu as estruturas do país e reduziu o poder do presidente (VISENTINI, 2012). Atrelado aos desdobramentos da Primavera Árabe na estabilidade dos Estados da região está o avanço de organizações terroristas, como foi o caso do Estado Islâmico, que impulsionou a grande onda migratória de refugiados.

Os refugiados oriundos dessa instabilidade em seus territórios apenas viraram notícia e receberam os holofotes internacionais quando chegaram às fronteiras dos Estados europeus. Mas é importante ressaltar novamente, à luz de informações do ACNUR (2016), que a maior parte dos refugiados sequer deixa sua área de origem, buscando, assim, refúgio em países adjacentes. Então, fica claro que a crise de refugiados não se resume ao continente europeu.

A partir de 2014, uma progressiva quantidade de refugiados começou a buscar refúgio nos Estados europeus e, em especial, nos Estados-membros da União Europeia. Tal acontecimento despertou uma série de discussões a respeito do que estaria por vir no bloco. Semelhante ao sistema de união monetária da União Europeia, a Zona Schengen – área de livre circulação de indivíduos que envolve 26 países europeus – também não foi capaz de conter os impactos da crise (LEHNE, 2016).

Frente a uma ampla entrada de refugiados, o regulamento de Dublin, que incumbe o dever de registrar e analisar as solicitações de asilo ao primeiro Estado da zona Schengen, acabou se tornando algo impossível de ser mantido, uma vez que a Itália e a Grécia deixaram de cumprir suas responsabilidades e consentiram aos refugiados a possibilidade de circularem livremente para onde desejassem (LEHNE, 2016). Isso acabou por pressionar a situação em outros países-membros, sobretudo, em Luxemburgo, Bélgica, Holanda, Suécia, Alemanha, Finlândia e Áustria, que eram visados como destinos finais pelos refugiados, devido, dentre outros fatores, aos altos níveis de qualidade de vida desses Estados (LEHNE, 2016).

A zona do euro tornou-se, então, instável, o que fez crescer um sentimento de desconfiança entre os Estados-membros da União Europeia. Atrelado a isso, como

expõe Lehne (2016), a vagarosa recuperação econômica da moeda do bloco, a frágil liderança política e o avanço de partidos populistas, em sua maioria de direita e contrária à União Europeia em muitos países integrantes do bloco criaram um clima de descontentamento e um reforço de ideias nacionalistas em detrimento da aprovação à integração da União Europeia.

A crise dos refugiados intensificou um sentimento de pânico generalizado nos Estados que fazem parte da União Europeia, onde as políticas econômicas e de migração já afetaram em diferentes níveis a vida dos habitantes. Os imigrantes/refugiados se tornaram também símbolos do desaparecimento dos empregos e da ocorrência de crimes, o que acabou exercendo uma pressão sobre os Estados que os fez mudar seus modos de atuação, principalmente quanto à construção de uma política conjunta referente aos refugiados.

Enquanto alguns países adotaram uma postura mais rígida quanto aos refugiados, outros, como a Alemanha, se mostraram mais receptivos. A Alemanha tem demonstrado um grande comprometimento ao abrir as fronteiras do país para mais de um milhão de refugiados. O fato de o Estado alemão ter tomado tal iniciativa ajudou a reconfigurar a distribuição de poder dentro da União Europeia, fazendo assim o país encabeçar estrategicamente o bloco. Essa reconfiguração é reflexo de uma série de acontecimentos que incluem a crise na zona do euro, a questão russa na Ucrânia e o grande fluxo de refugiados e migrantes que desembarcaram na Europa. O comportamento alemão perante esses eventos instigou os autores a se referirem à Alemanha como “hegemonia relutante” (BULMER & PATERSON, 2013) e “potência geoeconômica” (KUNDNANI, 2015).

2.2 IMIGRAÇÃO NO ESTADO ALEMÃO MODERNO

A atual legislação de imigração empregada pela Alemanha começou a vigorar apenas a partir do começo do ano de 2005. Algumas características dessa lei dizem respeito a cursos de integração, que englobam aulas do idioma, sistema judicial, cultura, história e sociedade alemã. Como mostra o ACNUR (2013), o imigrante só terá direito de solicitar residência, bem como benefícios sociais e previdenciários, caso ele atenda aos requisitos.

Até recentemente, na configuração do Estado alemão pós-Segunda Guerra Mundial, o país enfrentou poucas ondas de migração. Uma delas foi a migração dos *Aussiedler* (alemães étnicos) de 1945 a 1955, e envolveu, sobretudo, refugiados

oriundos dos países do bloco soviético (GUEDES, 2003). Nesse período, a cidadania alemã era concedida automaticamente a pessoas que estivessem como refugiados ou fossem descendentes destes e tivessem fixado residência dentro dos limites da fronteira do império alemão até 31 de dezembro de 1937. O programa *Gastarbeiter*¹, que convidou trabalhadores entre os anos 1950 até o início dos anos 1970, também trouxe um número considerável de migrantes para o território alemão, principalmente turcos. Com a vinda das famílias desses trabalhadores para o país, esse número aumentou consideravelmente (GUEDES, 2003).

Os requerentes de asilo que poderiam obter o *status* de refugiado na Alemanha de acordo com o artigo 16, da “Lei Fundamental da República Federal da Alemanha”, a constituição do país, que garantia asilo às pessoas vítima de perseguição, se caracterizam como um fluxo migratório importante na história alemã. Em seu trabalho sobre o desenvolvimento da política de asilo no Estado alemão, Bosswick (1999) mostra que se o pedido de asilo fosse declinado, o requerente tinha o direito de permanecer no país e contestar a decisão perante os tribunais. Diante dos parâmetros internacionais da época, essa legislação era atípica devido ao seu alto grau de “benevolência”. Isso era reflexo do histórico alemão e dos crimes cometidos pelo regime nazista (BOSSWICK, 1999).

Em 1993, a Alemanha unificada criou uma emenda no artigo 16 da Lei Fundamental, limitando fortemente o direito ao asilo político. O novo artigo 16 manteve boa parte do texto anterior, mas acrescentou uma extensa lista de restrições. A emenda foi implementada devido a um considerável fluxo de imigrantes da Europa Central e dos desdobramentos do processo de unificação (BOSSWICK, 1999).

O governo também introduziu em 1992 um procedimento especial nos aeroportos, no qual os requerentes de asilo sem documentos de viagem válidos eram detidos em “zonas internacionais”. O procedimento impossibilitava o acesso ao direito de asilo, a não ser que a entrada no país fosse feita de modo ilegal (BOSSWICK, 1999). A Alemanha também adotou em 1993 a lei dos benefícios dos requerentes de asilo, ou *Asylbewerberleistungsgesetz*, em alemão, que determinou uma diferenciação entre os direitos sociais e médicos para os requerentes de asilo e os outros grupos que recebem os benefícios (BOSSWICK, 1999). Em outras palavras, os anos 1990 se caracterizaram como um período de densa restrição para os refugiados na Alemanha.

A posição adotada pelo Estado alemão diante dessa nova onda migratória demonstra que o país se distanciou dessas políticas acima citadas. Isso fica ainda mais

¹Trabalhador convidado, em tradução livre

claro na ação tomada por Angela Merkel, chanceler alemã, de reassentar quase um milhão de refugiados na Alemanha em 2015/2016, algo sem precedentes na história do país.

2.3 O PAPEL DE ANGELA MERKEL

Grande parte dos refugiados procurou se estabelecer em países com altos índices de desenvolvimento humano, como a Alemanha e a Suécia. Em contrapartida aos demais Estados europeus, o governo alemão adotou uma postura diferenciada. Por volta de setembro de 2015, período em que os demais membros da União Europeia já começavam a fechar as suas fronteiras, Angela Merkel foi a público anunciar que a Alemanha ofereceria residência temporária a todos os refugiados que chegassem ao país. (BENCEK & STRASHEIM, 2016).

O governo da chanceler também suspendeu o Regulamento de Dublin do bloco, uma lei de 2013 que determina o Estado-membro responsável pela análise dos pedidos de asilo (BENCEK & STRASHEIM, 2016). Mas essas medidas, que de um ponto de vista moral poderiam ser vistas como louváveis, anunciaram tempos conturbados para Merkel. De acordo com Hockenos (2015), pesquisas mostraram, em outubro de 2015, que os eleitores alemães que até então adoravam a chanceler, começaram a abandoná-la em decorrência das repercussões da política de “portas abertas”.

E as críticas não vieram apenas do eleitorado. A CSU² (União Social Cristã), partido irmão e parceiro da CDU³ (União Democrata-Cristã) – o partido de Merkel – no governo de coalizão nacional se mostrou abertamente contrária às decisões tomadas pela chanceler, algo que pôde ser entendido quase como uma quebra de paradigma, tendo em vista a política de consenso alemã (BENCEK & STRASHEIM, 2016).

A chanceler alemã manteve um posicionamento firme e voltado para o internacional no sentido de que todos os Estados-membros da União Europeia deveriam participar do acolhimento dos refugiados. Era inconcebível apenas uma minoria carregar o peso de tal responsabilidade (MERKEL, 2015a). Na visão de Merkel, era preciso uma ação em nível europeu para enfrentar os desafios da onda de imigração. Para além disso, em seu entendimento, uma cooperação com os países de origem e os de trânsito – onde os refugiados passavam em direção aos Estados europeus – também se fazia necessária (MERKEL, 2015a).

² *Christlich-Soziale Union*, em alemão

³ *Christlich Demokratische Union*, em alemão

Como citado anteriormente, enquanto líder do Estado alemão, Merkel adotou uma política de “portas abertas” diante da crise de refugiados, o que ocasionou uma entrada de aproximadamente um milhão de imigrantes no país entre 2015 e 2016. Uma das principais tarefas para a chanceler foi encontrar uma maneira de integrar esses imigrantes à sociedade alemã. Tendo isso em vista, desde o começo o plano merkeliano para lidar com a crise incluiu medidas de integração. Como conta a chanceler (2015b), isso ocorreu devido às experiências alemãs dos anos 1960, quando o programa *Gastarbeiter* estava em vigor. A Alemanha recebeu trabalhadores estrangeiros, mas teve dificuldade para integrá-los propriamente. Um bom programa de integração perante a crise se mostrava crucial para amenizar o impacto dos imigrantes nas estruturas sociais do país.

Apesar dos esforços de Merkel, uma figura política por muito tempo vista como uma garantia da estabilidade e prosperidade alemã, sua autoridade foi fortemente enfraquecida desde a sua decisão de manter as fronteiras abertas no auge da crise migratória de 2015 (BLOND, 2018). A chegada de um grande número de requerentes de asilo deixou o país alarmantemente polarizado, bem como alimentou a ascensão da extrema direita (BLOND, 2018). Seu partido perdeu também apoio significativo nas eleições regionais de 2018 em estados ricos, como Hesse, lar do centro financeiro de Frankfurt, e na Bavária (BBC, 2018). Concomitantemente, o partido de extrema direita AfD começou a atrair um crescente número de eleitores (BENCEK & STRASHEIM, 2016).

2.4 A POSSÍVEL ALTERNATIVA PARA A ALEMANHA

Com o fim das eleições de 2017 para o *Bundestag*, Angela Merkel permaneceu à frente do posto de chanceler do país, garantindo assim seu quarto mandato. Foi uma vitória amarga, uma vez que sua autoridade foi enfraquecida. O AfD, partido de extrema direita anti-imigração e eurocético, entrou no parlamento como o terceiro maior partido, com o total de 12,6% dos votos gerais (CLARKE, 2017). Junto com os ganhos eleitorais do partido mostrados no capítulo I deste trabalho, essa nova vitória marca a estabilidade do partido dentro do sistema partidário alemão.

Desde que foi fundado, em fevereiro de 2013, o AfD tem demonstrado ter fôlego para se manter relevante dentro do cenário político eleição após eleição. Os fundadores do partido, como Bernd Lucke, professor de macroeconomia da Universidade de Hamburgo, estabeleceram o núcleo do partido como sendo uma posição contrária e

cética ao euro junto com uma crítica às elites políticas e aos partidos na Alemanha e na União Europeia (BERBUIR, LEWANDOWSKY & SIRI, 2015).

Não demorou muito para o partido expandir suas dimensões e se estabilizar enquanto uma organização de nível nacional. Em torno do final de maio de 2013, o partido já tinha filiais regionais em todos os dezesseis estados alemães, os *Bundesländer* (BERBUIR, LEWANDOWSKY & SIRI, 2015). O partido também sempre atraiu grande atenção da mídia, principalmente por causa de Bernd Lucke, um dos seus fundadores. Em sua primeira corrida eleitoral, no outono de 2013, além de ter recebido os holofotes nas redes sociais, Lucke foi convidado a vários programas de televisão, nos quais ele desempenhou um papel de recém-chegado no cenário político que também era especialista em política econômica e se posicionava contra o *establishment* e o euro (BERBUIR, LEWANDOWSKY & SIRI, 2015).

O AfD foi o primeiro partido eurocético alemão a ganhar um crescente e significativo apoio eleitoral em nível regional, nacional e europeu (GRIMM, 2015). Eurocético no sentido de ser um partido com uma doutrina política firmada na descrença e desconfiança na União Europeia. Junto ao euroceticismo, o partido também apresenta uma retórica xenofóbica, nativista e de “lei e ordem” que o aproxima da extrema direita (GRIMM, 2015).

Indo de encontro à postura pró-União Europeia dos partidos centristas alemães, como o União Democrata-Cristã, União Social-Cristã e o Partido Social Democrata da Alemanha, o AfD buscou mobilizar votos por meio de um programa eurocético (GRIMM, 2015). Tendo em vista os ganhos que o partido vem tendo, tal discurso tem reverberado dentro da sociedade alemã. As lideranças do partido defendem que o euro dividiu a Europa entre credores e devedores e que isso criou tensões sociais e políticas entre os Estados-membros, as quais ameaçam a cooperação pacífica europeia (GRIMM, 2015).

O euroceticismo do AfD tem suporte teórico na doutrina ordoliberal (GRIMM, 2015). De acordo com Bonfeld (2012), o ordoliberalismo, também conhecido como o neoliberalismo alemão, se desenvolveu no contexto da crise econômica, turbulência política, austeridade, condições de ingovernabilidade e discrepâncias sociais da República de Weimar no final da década de 1920 e tem como premissa o Estado forte como foco da governança liberal, sustentando que a liberdade econômica deriva da autoridade política.

Na perspectiva dos ordoliberais, o neoliberalismo não tem relação com um Estado fraco, dependente das forças econômicas, mas sim com um Estado forte, que

delimita a concorrência e garante as condições sociais e ideológicas para a liberdade econômica. Assim, um estado fraco consistiria em um desastre, segundo os ordoliberais (BONEFELD, 2012). O ordoliberalismo se sustenta a partir de princípios liberais, no entanto vai de encontro à característica *laissez faire* do liberalismo econômico por meio da defesa de um Estado intervencionista (KLEIN, 2013).

Ao contrário do liberalismo clássico, que prega um mercado livre de intervenção estatal, para a teoria ordoliberal, o mercado deve ficar sob a tutela do Estado, que por sua vez deve servir como uma entidade capaz de assegurar a livre concorrência e a estabilidade monetária (KLEIN, 2013). Algumas políticas defendidas pelos ordoliberais são: política monetária independente; controle de cartéis e monopólios; o abandono do protecionismo; e uma política econômica estável e previsível (KLEIN, 2013). Não é à toa que os eurocéticos, como o AfD, usam o ordoliberalismo como aporte teórico em defesa de uma política monetária independente, contrária ao euro e à união monetária.

O nome do partido “Alternativa para a Alemanha” faz referência a uma fala da chanceler Angela Merkel a respeito da importância do Mecanismo Europeu de Estabilidade na estabilização da moeda única, o euro. De acordo com Grimm (2015), Merkel descreveu a crise da dívida pública da zona do euro como um desafio histórico para a Europa e a Alemanha. Além disso, falou que a paz e a prosperidade alemã estavam intrinsecamente ligadas ao avanço da ideia de união entre os Estados europeus. Deste modo, a Alemanha não teria alternativa, senão apoiar o euro (GRIMM, 2015).

Um dos elementos que favoreceram o clima para o avanço do AfD foi a estreita possibilidade de escolha política. Nos anos recentes, a Alemanha vem sendo governada por grandes coalizões (entre a União Democrática Cristã, União Social Cristã e o Partido Social Democrata da Alemanha), e a doutrina integralista pró-europeia é o discurso hegemônico no *Bundestag*. Para além disso, os programas dos grandes partidos alemães tornaram-se cada vez mais semelhantes. Assim, essa “política do consenso”, como afirma Grimm (2015), deixou pouco espaço para a escolha política real e para uma oposição expressiva.

Mas o ordoliberalismo e o euroceticismo não são componentes capazes de caracterizar o AfD como parte da extrema direita. A inclinação mais à direita do partido fica clara no seu apoio ao movimento xenofóbico PEGIDA (sigla em alemão para "Patriotas Europeus contra a Islamização do Ocidente", em tradução livre⁴) (GRIMM, 2015). O PEGIDA, assim como o AfD, tem um discurso contra as elites e contra o *establishment* político e também atenta para certas questões que acabam gerando

⁴ *Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes*, em alemão

tenções sociais, como é o caso da “perda” da identidade alemã - por isso demanda leis anti-imigração mais severas. Grande parte dos partidos do *mainstream* político alemão se posicionou contra o PEGIDA, devido ao seu caráter xenofóbico e islamofóbico, mas o AfD não só demonstrou apoio ao movimento, como um dos líderes do partido, Alexander Gauland, declarou que o PEGIDA era um aliado natural do partido (GRIMM, 2015).

2.5 O MOVIMENTO PEGIDA

O período entre o final do ano de 2014 até o meio do ano seguinte foi um momento emblemático dentro do debate sociopolítico alemão. Foi nesse período que surgiu e cresceu drasticamente o PEGIDA. O que era um movimento que contava com apenas algumas dezenas de participantes em sua fase inicial, em janeiro de 2015, levou 25.000 pessoas às ruas de Dresden em um protesto anti-imigrantista, um dos pontos altos de apoio que o movimento recebeu (DOSTAL, 2015).

Os membros fundadores do PEGIDA tinham uma postura crítica aos Democratas Cristãos, bem como a todo o cenário político alemão. Suas críticas estavam diretamente ligadas a um pensamento ideológico direitista, por sua vez um tanto populista. Eles defendiam representar os alemães comuns – o povo – e, diferente de Merkel e o seu partido, consideravam-se os verdadeiros representantes do conservadorismo, uma vez que seu objetivo era a preservação da identidade cultural alemã e suas tradições contra a elite liberal e o *establishment* político que estava alienado do seu próprio povo (DOSTAL, 2015).

De acordo com uma pesquisa, as características que perpassam grande parte dos apoiadores do PEGIDA são: pertencer à classe média, ter bons níveis educacionais, estar empregado, ser homem de meia idade, sem associação com nenhuma denominação religiosa ou fortes conexões com partidos políticos e ser de Dresden ou da Saxônia (DOSTAL, 2015). Há uma frustração crescente e falta de confiança nas instituições e no cenário político *mainstream*, especialmente, dentre os alemães pertencentes à classe média, que se mostram insatisfeitos com as políticas praticadas por Merkel.

Os objetivos do PEGIDA, em termos de programa político, consistem em uma lista resumida de demandas e pleitos, dentre eles: a defesa do que os membros do movimento chamam de “cultura judaico-cristã do Ocidente”; uma rígida política de imigração; deportação de todos aqueles que tiveram seu pedido de asilo negado e mais

gastos com segurança. Está presente também no movimento uma dura retórica contra imigrantes muçumanos (DOSTAL, 2015).

Apesar de o PEGIDA ser um movimento que ganhou um excepcional apoio em termos numéricos e, assim, conseguiu mobilizar uma grande parcela da sociedade alemã, é improvável pensar que ele detém força o suficiente para se espalhar de norte a sul na Alemanha. O PEGIDA levantou um debate em toda a mídia e cenário político nacional alemão, mas, em termos palpáveis, permaneceu como um fenômeno que se restringia às regiões de Dresden e da Saxônia, com algumas demonstrações pontuais de apoio em outros lugares. O movimento entrou em uma situação de declínio com uma diminuição progressiva da participação popular em suas ações (DOSTAL, 2015).

Os ganhos do AfD e o considerável apoio que o PEGIDA recebeu, ambos engatilhados a partir do grande fluxo de imigrantes, são algumas das demonstrações da forte oposição enfrentada por Merkel, uma autoridade autodeclarada pró-europa. Atrelado a isso, vários países europeus decidiram agir de forma individual na tentativa de solucionar a crise migratória em detrimento de uma ação em conjunto que era esperada por parte da União Europeia e também defendida pela chanceler alemã. Esses fenômenos nos níveis interno e externo põem em evidência a ideia de euroceticismo, muito presente no pensamento do AfD. Assim, no próximo capítulo será debatido o euroceticismo e suas implicações para a União Europeia.

3. A AMEAÇA DA EXTREMA DIREITA ALEMÃ AO PROJETO EUROPEU DE INTEGRAÇÃO

3.1 O EUROCRETICISMO

Desde a fundação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 1951, a qual se firmou na história como o primeiro passo dado rumo à cooperação que conhecemos hoje, a União Europeia (UE) progrediu para um projeto de profunda integração em termos políticos e econômicos. Com o passar dos anos, principalmente a partir da década de 90, a autoridade supranacional da UE se expandiu para alguns pontos-chave, a exemplo do mercado único - no qual as pessoas, os bens, os serviços e os capitais podem circular livremente - e da adesão do euro como moeda única.

No entanto, esse aprofundamento não ocorreu isento de oposição, e os partidos mais à direita do espectro político têm sido os principais contendores da unificação da Europa (VASILOPOULOU, 2017). Visto que o nacionalismo é um componente central do imaginário da extrema direita (MUDDE, 2007), os atores políticos eurocéticos argumentam que o processo de tomada de decisão supranacional adotado pela UE fere a soberania dos Estados, bem como é um ataque aos próprios Estados (VASILOPOULOU, 2017). A crise migratória e suas consequências, por um lado, diminuíram a credibilidade do bloco e, por outro, robusteceram um sentimento anti-União Europeia nos cidadãos europeus (VASILOPOULOU, 2018).

A partir da perspectiva dos partidos de extrema direita, a União Europeia simboliza um risco à homogeneidade cultural dos Estados-nação europeus e à soberania nacional (VASILOPOULOU, 2018). Além do já citado processo de decisão supranacional, a postura de promoção de diversidade cultural da UE vai de encontro ao projeto de “defesa” da nação dos partidos de extrema direita (VASILOPOULOU, 2018).

A tendência dos partidos políticos *mainstream* europeus, tanto da esquerda quanto da direita, de evitar temáticas controversas para não manchar sua imagem, criou uma vacuidade no espectro político, principalmente para os cidadãos eurocéticos que acreditam que tais partidos não abordam as suas preocupações a respeito da União Europeia (VASILOPOULOU, 2017). Tal conjuntura, de certa forma, dá sinais de uma crise de representatividade política. Os partidos de extrema direita, que comumente recebem pouco apoio eleitoral nas urnas, mesmo sendo essa uma tendência em transformação, como visto nos capítulos anteriores, veem como benéfico adotar uma

postura mais radical quanto à questão da União Europeia, em sintonia com o aumento das ideias eurocéticas na sociedade civil (WAGNER, 2012).

A expressão “euroceticismo” é usualmente utilizada para exprimir antagonismo à União Europeia. Paul Taggart (1998) define, em seu artigo pioneiro sobre o euroceticismo nos sistemas partidários da Europa Ocidental contemporânea, que “o euroceticismo expressa a ideia de oposição contingente ou qualificada, além de incorporar oposição direta e sem ressalvas ao processo de integração europeia”¹ (TAGGART, 1998, p. 366, tradução nossa).

A ideia de euroceticismo, entretanto, pode ser estudada de diversas formas. Neste trabalho, foram selecionadas três perspectivas: a perspectiva *hard* e *soft* de Taggart e Szczerbiak (2011), a visão euroentusiasta presente na obra de Kopecky e Mudde (2002), assim como a abordagem de Sofia Vasilopoulou, buscando, com isso, promover um entendimento amplo em relação ao assunto.

Taggart e Szczerbiak (2001) fazem uma distinção entre euroceticismo *hard* e *soft*. Euroceticismo do tipo *hard* diz respeito à rejeição completa do projeto de integração política e econômica europeia e objeção da permanência ou inclusão do seu Estado na UE (TAGGART & SZCZERBIAK, 2001). Em contrapartida, segundo os autores, o euroceticismo *soft* corresponde a uma oposição qualificada ou divergência em uma ou mais áreas (TAGGART & SZCZERBIAK, 2001).

Fazendo referência a essa diferenciação entre *hard/soft*, Kopecky e Mudde (2002) ressaltam que essa é uma distinção deveras generalista e que sua falta de especificidade torna obscura a diferenciação entre os dois tipos. Visando preencher essa lacuna explicativa, eles propõem uma classificação alternativa do termo “euroceticismo”, por sua vez se debruçando sobre quatro categorias: os “euroentusiastas”, aqueles que apoiam tanto a ideia quanto a prática de integração; os “eurorejeitadores”, aqueles que não toleram nem a ideia nem a prática de integração; os “eurocéticos”, referente àqueles que apoiam a ideia de unificação da Europa, no entanto discordam da prática de integração de forma geral; e os “europragmáticos”, aqueles que não apoiam a ideia de integração, mas mesmo assim apoiam a prática (KOPECKY & MUDDE, 2002)².

Sofia Vasilopoulou (2009) acrescenta ao debate sobre euroceticismo uma tipologia que tem como pontos de referência três aspectos da integração europeia que a autora nomeia de princípio, prática e futuro. Sem pormenorizar, por “princípio” ela

¹ “Euroscpticism expresses the idea of contingent or qualified opposition, as well as incorporating outright and unqualified opposition to the process of European integration.” (TAGGART, 1998, p. 366).

² Respectivamente, os termos em inglês são *euroenthusiasts*, *eurorejects*, *euroscptics* e *europragmatist*.

entende a vontade e complacência por uma cooperação europeia em nível multilateral; a “prática” diz respeito às instituições e ao *status quo* político de como a UE funciona; e por fim, o “futuro” se refere ao aprofundamento da integração (VASILOPOULOU, 2009).

Assim, a partir do critério de princípio, prática e futuro, Vasilopoulou (2009) explana que os partidos políticos de extrema direita europeus tendem a se agrupar e se dividir em três tipos de euroceticismo. O primeiro deles é o euroceticismo *rejeitador*, em que os partidos são contrários a todas as características do projeto de integração europeu. Desse modo, rejeitam o princípio da cooperação, as instituições e políticas supranacionais (a prática) e não veem o aprofundamento da integração como algo positivo. Têm, portanto, uma perspectiva nacionalista de defesa da soberania, sendo avessos à transferência de autoridade do Estado nacional para a União Europeia (VASILOPOULOU, 2009).

O segundo tipo de euroceticismo proposto por Vasilopoulou (2009) é o do tipo *condicional* que, por sua vez, engloba os partidos que reconhecem, com ressalvas, que a cooperação na Europa é algo profícuo para os Estados-nação, no entanto encaram a unificação como sendo perniciosa tanto para os interesses quanto em termos de soberania dos seus Estados. Os eurocéticos condicionais rechaçam, de acordo com Vasilopoulou (2009), a prática de integração, indo de encontro às instituições e processos de tomada de decisão supranacionais. Eles defendem que a cooperação intergovernamental seja um elemento benéfico aos Estados membros, todavia enxergam que é preciso reformar radicalmente a União Europeia em prol dos interesses nacionais dos membros e também são contrários ao aprofundamento futuro do bloco (VASILOPOULOU, 2009).

O terceiro e último tipo apresentado por Vasilopoulou (2009) é o euroceticismo *comprometido*, que se refere aos partidos favoráveis ao princípio e prática de cooperação e integração europeias. Os partidos eurocéticos *comprometidos* reconhecem que, mesmo não sendo politicamente o melhor dos cenários, um certo nível de transferência de autoridade para instituições supranacionais é necessário em termos de ganhos econômicos. Nessa perspectiva, encaram a União Europeia como uma ferramenta para maximizar os interesses nacionais de seus Estados, principalmente, no que tange à economia. No entanto, são contrários a uma integração em maior grau (VASILOPOULOU, 2009).

Independentemente da variedade do euroceticismo, os partidos de extrema direita tendem a organizar sua fundamentação contrária à União Europeia a partir de um

ângulo de soberania. Como mostra Vasilopoulou (2018), isso ocorre devido à natureza multinacional e estrutura institucional multinível do bloco, que vai de encontro a um dos elementos centrais dos partidos de extrema direita, o nacionalismo, por sua vez intrinsecamente relacionado à ideia de soberania. Arelado a isso, outras características-chave da UE para além das instituições e processos de tomada de decisão supranacionais, como a supressão do controle de fronteira na maioria dos Estados membros do bloco, também está em discordância com o princípio de soberania estatal defendido pelos partidos de extrema direita europeus. Consequentemente, esses partidos veem a União Europeia como um antagonista ao Estado nacional soberano, um superestado que interfere nas questões domésticas e retira poder dos Estados europeus (VASILOPOULOU, 2018).

Os partidos de extrema direita comumente definem o que é Europa a partir de uma perspectiva enraizada em elementos culturais. Assim, defendem que é preciso defender as idiosincrasias (valores, normas, práticas, crenças etc.) de cada Estado europeu, ao mesmo tempo que enxergam que a UE não encara essas particularidades enquanto questões importantes, por isso simboliza uma ameaça à homogeneidade cultural de cada Estado-membro (VASILOPOULOU, 2018). Tais partidos culpam a UE pela transformação étnica da Europa, um argumento que foi agravado a partir da crise migratória e do que eles chamam de “islamização” do continente (VASILOPOULOU, 2018).

Em suma, apesar das variações apresentadas anteriormente – como *hard/soft*, defendida por Taggart e Szczerbiak (2001) ou a proposta por Kopecky e Mudde (2002), o euroceticismo extremo-direitista tem em sua essência a questão da soberania. A União Europeia, por outro lado, é vista como uma entidade que estimula a globalização e o multilateralismo, o que ameaça a homogeneidade cultural e soberania dos Estados europeus (VASILOPOULOU, 2018).

A visão de Vasilopoulou (2018) mostra-se mais adequada aos propósitos deste trabalho, já que a defesa de elementos culturais e da soberania nacional estão presentes com bastante clareza no discurso do Afd, algo já exposto nos capítulos anteriores.

3.2 O PROGRAMA POLÍTICO DO AFD

Nesta seção será feita uma descrição do conteúdo e posterior análise do programa político do partido Alternativa para a Alemanha (Afd), intitulado “Manifesto

para a Alemanha”³, em tradução livre. Tendo em vista a questão que norteia esta pesquisa, procurou-se focar nos elementos referentes à democracia, Europa, euro, cultura e imigração presentes no documento.

3.2.1 DEMOCRACIA E VALORES CENTRAIS

O “manifesto” se inicia com o partido afirmando que seus membros são liberais, conservadores, cidadãos livres de sua nação e fiéis defensores da democracia (AFD, 2017). Ele clama, principalmente, por uma transformação na política alemã em detrimento a uma “velha política”. O AfD afirma que, pelo menos desde os acordos de Schengen (1985), Maastricht (1992) e Lisboa (2007), a inviolabilidade da soberania nacional enquanto um fundamento do Estado nação deixou de ser respeitada, e a culpa estaria sobre os políticos de carreira e os partidos *mainstream*. De acordo com o “Alternativa”, apenas os cidadãos alemães poderiam acabar com essa situação ilegítima (AFD, 2017).

A partir disso, o partido advoga que a democracia na Alemanha se aproxime de uma democracia direta, na qual, por meio de referendos, o povo votaria nas leis feitas pelo parlamento. Questões como mudanças na Constituição ou a assinatura de acordos internacionais não poderiam ocorrer sem o direto consentimento da população. Assim, sem a aprovação popular, o governo alemão não poderia renunciar à soberania nacional para a União Europeia ou qualquer outra instituição (AFD, 2017).

Em outra parte do programa, é ressaltado que os partidos podem participar do sistema político, mas não controlá-lo. Partidos muito poderosos e sua exploração da máquina estatal estariam colocando a democracia em risco. É afirmado que a “onipotência” dos partidos *mainstream* é uma das principais razões para o desencanto da sociedade com a política, juntamente com o fenômeno do “politicamente correto”, por sua vez chamado de prejudicial pelo partido (AFD, 2017). Repetidamente, afirma-se que o exercício da democracia direta é a solução para salvar a democracia (AFD, 2017).

Um dos objetivos do AfD é redesenhar o sistema eleitoral, tornando possível a eleição e mandato de políticos não associados a partidos. Deste modo, o AfD é a favor de um sistema eleitoral em que qualquer candidato possa, livremente, colocar seu nome nas listas de eleições tanto federais quanto estaduais. Em contrapartida, os eleitores

³ Manifesto for Germany. 2017. <https://www.afd.de/wp-content/uploads/sites/111/2017/04/2017-04-12_afd-grundsatzprogramm-englisch_web.pdf>

teriam o poder de acumular ou dividir seus votos bem como de excluir candidatos das listas de eleições (AFD, 2017).

O “Alternativa” também tem a intenção de introduzir um limite mínimo para o número de votos em um candidato para que o mesmo possa obter um assento no parlamento. Caso a eleição tenha um baixo comparecimento de eleitores, o número de cadeiras no parlamento também deve ser reduzindo na mesma proporção (AFD, 2017). Em sintonia com essa proposta, o partido também defende uma considerável redução nos parlamentos estaduais e federal. Argumenta-se no documento que uma redução do número de 2.500 membros do parlamento atrelada a uma diminuição proporcional no número de funcionários de apoio administrativo, não só traria uma economia nos custos, mas também melhoraria a qualidade e eficiência do trabalho parlamentar (AFD, 2017).

A questão das eleições diretas se apresenta como um elemento corriqueiro no “manifesto”, no qual também é proposta uma eleição direta do presidente federal. O presidente federal é indicado e eleito pela Convenção Federal. Metade da Convenção é composta pelos membros da Câmara dos Deputados do parlamento federal, a outra parte por representação proporcional de todos os parlamentos estaduais. Os representantes da segunda metade são determinados a portas fechadas pelos partidos políticos. Assim, para trazer maior transparência à eleição do presidente federal é necessária alteração na Constituição para garantir a eleição direta (AFD, 2017).

3.2.2 A EUROPA E O EURO

O AfD se coloca em um lugar de oposição à transformação da União Europeia em um Estado federal centralizado. Por outro lado, são favoráveis ao retorno da UE a uma configuração de apenas união econômica, baseada em interesses comuns e formada por Estados soberanos, mas pouco conectados (AFD, 2017). Deste modo, o partido rejeita a ideia de um “Estados Unidos da Europa”, bem como de um Estado federal do qual é impossível sair (AFD, 2017). Com um discurso nacionalista, o partido reforça que acredita em uma Alemanha soberana, capaz de garantir a segurança e liberdade de seus cidadãos, e que promove o bem-estar econômico e contribui para uma Europa próspera e pacífica (AFD, 2017).

Fica claro que, caso o partido não consiga sucesso com suas ideias reformistas da atual configuração da União Europeia, o “Alternativa” advogará pela saída da Alemanha do bloco ou a dissolução democrática da UE, seguida pela fundação de uma nova união econômica europeia (AFD, 2017). De acordo com o partido, a União

Europeia precisa passar por uma reforma, pois vai de encontro aos valores da democracia. Nas palavras presentes no “Manifesto”,

A União Europeia se tornou uma entidade não-democrática, cujas políticas são determinadas por burocratas que não têm responsabilidade democrática. É necessária uma reforma fundamental da UE, para que ela possa permanecer um farol de liberdade e democracia no mundo (AFD, 2017, p. 16, tradução nossa)⁴

Com o Tratado de Maastricht de 1992 e a emenda de Lisboa (2007), as elites políticas tomaram medidas para transformar permanentemente a União Europeia em um Estado centralizado, na perspectiva do AfD. A partir disso, o partido defende o fim do princípio de subsidiariedade e a restauração dos poderes dos Estados-nação. Segundo o partido, centralização europeia implica, inexoravelmente, uma perda de soberania de cada um dos Estados-membros da União Europeia e de suas populações e, em contrapartida, apenas as democracias nacionais são capazes de oferecer as estruturas necessárias para os seus cidadãos (AFD, 2017).

É argumentado que a Comunidade Econômica Europeia (CEE) contribuiu para o fortalecimento da paz e prosperidade entre os países da Europa ocidental, de 1957 até 1993. No entanto, a União Europeia teria adquirido poderes tamanhos que não têm precedentes nos acordos europeus. Ademais, reforça-se que a suposta centralização dos direitos de soberania e a tentativa de criação de um “Estados Unidos da Europa” são irracionais (AFD, 2017).

O partido se posiciona firmemente contra o euro e pede o seu fim imediato. Caso o Parlamento Federal alemão não concorde com essa demanda, a permanência da Alemanha na área de moeda única deve ser submetida à votação popular, segundo o AfD (2017). A fundamentação do partido diz que o euro, enquanto um projeto, tornou-se um fracasso.

3.2.3 CULTURA, LÍNGUA E IDENTIDADE

Um dos principais objetivos políticos do AfD é preservar o patrimônio cultural do país para as gerações futuras e conservar suas características frente à globalização e à digitalização (AFD, 2017). O AfD vê a cultura alemã como algo predominante que

⁴ “The EU has become na undemocratic entity, whose policies are determined by bureaucrats who have no democratic accountability. A fundamental reform of the EU is necessary, if it is to remain a beacon of freedom and democracy in the world.” Texto original (AFD, 2017, p. 16).

deriva de três fontes: a primeira delas seriam as tradições religiosas do cristianismo; a segunda, a herança científica e humanística provenientes do Iluminismo; e a terceira, o direito romano, sobre o qual se baseia o Estado constitucional (AFD, 2017). De acordo com o partido, essas tradições juntas são a base da sociedade livre e democrática, bem como determinam padrões diários de interação social e moldam a conduta dos indivíduos – como o relacionamento dos pais com seus filhos (AFD, 2017).

Colocando esses elementos como algo que está sob ameaça, o partido defende que a “ideologia do multiculturalismo” é cega para a história e coloca a cultura tradicional alemã em pé de igualdade com elementos culturais “importados”, degradando, assim, os valores culturais alemães. O AfD vê isso como uma ameaça à paz social e à sobrevivência do Estado nacional enquanto uma unidade cultural. Segundo ele, é um dever do governo e da sociedade civil proteger a identidade cultural alemã como a cultura predominante (AFD, 2017).

O “Alternativa” apoia incondicionalmente a liberdade de fé e culto, no entanto alega que essa liberdade de culto deve ocorrer dentro dos limites das leis públicas, direitos humanos e valores alemães. Nessa perspectiva, o AfD se opõe firmemente às práticas islâmicas, que seriam contrárias à ordem constitucional liberal e democrata alemã, suas leis e fundamentos judaico-cristãos de sua cultura (AFD, 2017).

“O islã não pertence à Alemanha”, afirma o partido (AFD, 2017, p. 48). Sua expansão e o número crescente de muçumanos no país é visto, pelo partido, como uma ameaça ao Estado, à sociedade e aos valores alemães. De acordo com o AfD (2017), muitos muçumanos vivem como cidadãos cumpridores da lei e se integraram bem ao resto da sociedade. Mesmo assim, o partido exige que se ponha um fim à segregação feita por sociedades islâmicas paralelas (alguns muçumanos estariam querendo viver em grupos separados do restante da sociedade alemã). Portanto, um dos objetivos do AfD é conter a tendência à radicalização muçumana, para evitar que eles se transformem em salafistas⁵ e/ou terroristas (AFD, 2017). Ademais, o partido alega que é preciso tolerar críticas ao islamismo. As críticas à religião, que também se aplica ao Islã, são legítimas dentro da estrutura legal, pois fazem parte do direito básico de liberdade de expressão, argumenta o AfD (2017). O “Alternativa” não concorda com as alegações de que as críticas ao Islã são islamofóbicas ou depreciativas (AFD, 2017).

O AfD exige a proibição do uso de vestimentas que cubram o corpo inteiro em espaços e serviços públicos. Na visão do partido, a burqa/niqab criam barreiras entre os

⁵ Salafismo, ou movimento salafista, é um movimento ortodoxo, internacionalista e ultraconservador dentro do islamismo sunita. A doutrina pode ser resumida por ter uma abordagem fundamentalista do Islã, emulando o profeta Maomé e seus primeiros seguidores.

usuários e os seus arredores e, assim, impedem a integração cultural e a coexistência social. Por isso, é preciso proibi-los (AFD, 2017).

3.2.4 IMIGRAÇÃO, INTEGRAÇÃO E ASILO

O partido argumenta que devido à explosão populacional, conflitos violentos e religiosos e condições climáticas adversas em diversos países, a crise migratória recente para a Europa é apenas o começo de uma gigantesca onda migratória para os países europeus. Em consequência, as atuais políticas de asilo e refúgio alemãs e europeias se tornaram insustentáveis. O partido ainda reforça que a utilização incorreta do termo “refugiado” pelas pessoas que cruzam as fronteiras alemãs de forma irregular, objetivando permanecer no país, é uma das características que fortalecem a necessidade de mudar as atuais políticas. O partido clama que é preciso criar uma distinção entre refugiados e migrantes irregulares (AFD, 2017).

Para o “Alternativa”, os “verdadeiros” refugiados devem receber abrigo enquanto houver guerra em seus respectivos países de origem. Os migrantes irregulares, por sua vez, não teriam direito a reivindicar proteção. Assim, à medida que as causas das perseguições fossem solucionadas, como o fim da guerra ou da perseguição política e/ou religiosa, as autorizações de permanência dos refugiados deveriam ser encerradas e os refugiados deveriam deixar a Alemanha e voltar para os seus países (AFD, 2017).

É do interesse da paz doméstica e estrangeira que os refugiados retornem aos seus países de origem e contribuam para a reconstrução política, econômica e social desses países, argumenta o AfD (2017). O partido deseja evitar as consequências de um humanitarismo equivocado e também evitar o risco iminente de uma turbulência social e religiosa, bem como o fim das culturas europeias (AFD, 2017).

Uma das propostas do AfD é estabelecer controles rigorosos nos postos fronteiriços alemães nos quais existe imigração irregular, a fim de evitar a entradas ilegais no país. Enquanto existir uma migração mundial para a Alemanha e as fronteiras externas da União Europeia não forem efetivamente controladas, o partido clama por medidas estritas de controle de fronteira para interromper o fluxo descontrolado de imigrantes (AFD, 2017). O partido sustenta que, durante décadas, pessoas sem direito a asilo foram incentivadas à imigração no sistema de assistência social alemão através da falha da Alemanha em implementar o repatriamento de cidadãos estrangeiros que não têm o direito de permanecer no país (AFD, 2017).

O AfD se diz comprometido em evitar as causas econômicas da imigração, mas considera que isso seja desvantajoso para as economias ocidentais no curto prazo. Os exemplos incluem o fim da exportação de produtos agrícolas altamente subsidiados para a África, algo que isto arruína os mercados locais. O mesmo se aplica à exportação de armas, roupas de segunda mão, produtos tóxicos e outros resíduos, bem como a pesca pelos países da União Europeia nas costas do continente africano (AFD, 2017).

O “Alternativa” defende não só o fim da imigração de pessoas oriundas de outros continentes, mas também de outros países europeus. De acordo com o partido, o direito europeu à liberdade de circulação levou a uma migração maciça dos países mais pobres da União Europeia para os mais ricos, especialmente para a Alemanha, com o único objetivo de receber ajuda social. Por conseguinte, o AfD apela a um realinhamento abrangente e completo da legislação da UE para recuperar um curso de ação nacional e pôr fim ao abuso generalizado de direitos relacionados à Diretiva de Livre Circulação (AFD, 2017). Se isso não for eficaz, o partido exige a restrição da livre circulação na União Europeia, permitindo que o país anfitrião controle a imigração de pessoas que procuram emprego e seus familiares (AFD, 2017).

Ademais, é ressaltado que os interesses (sociais, econômicos e culturais) da Alemanha devem vir em primeiro lugar. Por isso, para o partido, os imigrantes com alto nível de qualificação profissional são bem-vindos no país. Isso não se estende a grande parte do fluxo de requerentes de asilo, que seriam prejudiciais não só à economia, mas também à sociedade alemã, de acordo com o AfD (2017).

Integração também aparece como um elemento ressonante para o partido, no entanto ele deve ir além do ato de aprender a língua alemã. Assim, uma integração bem-sucedida exigiria que todas as pessoas, independentemente da idade, adquiram um domínio suficiente do alemão oral e escrito, respeitem e endossem os sistemas legais e sociais e consigam se sustentar após um período razoável (AFD, 2017). Outrossim, argumenta-se que a assimilação como a forma mais avançada de integração seria o ideal, porém ela não poderia ser algo forçado (AFD, 2017). Nessa perspectiva, o partido reforça que cada imigrante tem uma obrigação de se integrar e se adaptar ao país anfitrião, e não o contrário. O fluxo constante de pessoas com pouca vontade de se integrar à sociedade alemã exacerba os problemas sociais existentes e seria algo irresponsável, segundo o partido (AFD, 2017).

3.3 O EUROCRETICISMO NO DISCURSO DO AfD

Podemos entender o discurso do AfD como uma espécie de negação de todos os outros valores que não se encaixem com o tripé do Cristianismo, Iluminismo e Direito Romano. Claude Lévi-Strauss (1978), antropólogo da teoria estrutural, acredita que a reafirmação da cultura só vem a partir do seu oposto, do que lhe é diferente. O AfD, então, pauta seu discurso no que é distinto, no outro, no estrangeiro e naquilo que, segundo sua lógica, não é alemão. Ou seja, a religião cristã se põe em oposição à chamada islamização da Europa, por exemplo.

Pelo fato de seu discurso ser pautado no outro – no não alemão – que é preocupante a alavancada do AfD no cenário político alemão no pós-crise migratória, pois podemos identificar uma correlação entre o aumento significativo de assentos ganhos pelo partido na última eleição alemã e a entrada de imigrantes no país. É com a crise migratória que a sociedade alemã vê o AfD como possibilidade para barrar os avanços da União Europeia, e, portanto, das escolhas feitas a partir de uma organização supranacional e de suas instituições.

Dentro desse contexto e utilizando a classificação de Vasilopolou (2009), pode-se afirmar que o AfD se caracterizaria como eurocético condicional, já que o partido vê os possíveis projetos que promovam mais interdependência como um impedimento perigoso para o interesse nacional alemão, assim como para a soberania do país. Percebe-se então que argumentos como a perda de soberania, e discursos de cunho nacionalistas servem para ilustrar os desacordos entre o programa do partido e todo o esforço para um projeto futuro de maior cooperação da União Europeia.

Tendo em vista que o “Alternativa” é o partido à extrema direita com maior proeminência política na Alemanha, a partir desses pontos elencados e das discussões anteriores, podemos pensar na resposta à pergunta que norteia este trabalho: em que medida a ascensão dos partidos de extrema direita na Alemanha perante a crise dos refugiados ameaça o projeto da União Europeia?

A extrema direita alemã, na figura do AfD, clama que a configuração atual da União Europeia é ilegítima, por estar indo, segundo eles, contra a soberania e os interesses nacionais dos seus Estados-membros. Contudo, mesmo tendo uma posição contrária à União Europeia enquanto bloco e instituição, o AfD não apela aparentemente a meios autoritários. Como solução, o partido propõe que a população participe ativamente da tomada de decisões, ou seja, que a democracia na Alemanha se

torne cada vez mais direta e menos representativa. Assim, por não delegar o seu poder de decisão, o povo escolheria ceder ou não soberania à União Europeia, por exemplo.

Porém, uma reforma política e institucional dessa proporção é algo que tomaria muito tempo e exige uma força política muito grande. Algumas das premissas do institucionalismo são a importância das instituições e a dificuldade de efetuar mudanças. Então, ao analisar à luz da ideia de dependência da trajetória, do institucionalismo histórico, por exemplo, que nos diz que “uma vez que os governos façam suas escolhas políticas e institucionais iniciais em uma área de política, os padrões criados persistirão, a menos que haja alguma força suficiente para superar a inércia criada no início da política” (PETERS, 1999, P. 63), podemos perceber que, nesse ponto, o AfD não se apresenta como uma ameaça iminente à União Europeia.

Esse argumento também se sustenta contra a proposta do “Alternativa” de diluir a União Europeia a ponto de deixá-la apenas como uma união econômica. Os custos político-econômicos seriam muito altos para todos os Estados-membros que, por sua vez, precisariam estar de acordo. Apesar de seu posicionamento não ser algo que põe o projeto da UE em risco a curto prazo, não deixa de ser um elemento alarmante, tendo em vista que o partido ressalta que caso não consiga reformar o bloco, defenderá a saída da Alemanha da União Europeia (um *Germanexit*) ou a sua dissolução democrática. Isso se torna preocupante no sentido de que o AfD é um partido que está ganhando cada vez mais notoriedade no cenário político do país, o que indica que suas ideias e propostas estão reverberando na sociedade, mas, por se manter em linha com os meios democráticos, o euroceticismo do AfD é restringido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a analisar em que medida a ascensão da extrema direita na Alemanha perante a crise dos refugiados ameaça o projeto da União Europeia. Encontramos que, em termos de ideias, a ideologia da extrema direita é multifacetada. Enquanto em alguns países a religião e o fundamentalismo religioso são elementos de destaque, na Europa os holofotes dos extremo-direitistas estão voltados para temáticas como imigração e políticas de integração. No entanto, mesmo não sendo tão homogênea, as extremas direitas confluem em direção ao nacionalismo.

Os partidos extremo-direitistas tendem a classificar os imigrantes como ameaças aos empregos, benefícios sociais, segurança, cultura, família, saúde e estilos de vida das populações nacionais (HAINSWORTH, 2008) e se colocam contra, de forma geral, a imigração daqueles oriundos dos países em desenvolvimento, englobando imigrantes, refugiados e requerentes de asilo. Adotando uma visão utilitarista, afirmam que esses indivíduos trariam apenas malefícios aos Estados que os receberem. Como destaca a literatura, essa ameaça do “outro” foi um elemento definidor ao apoio das massas aos partidos de extrema-direita, algo que também ocorreu na Alemanha.

Para além do nacionalismo e da rejeição da imigração, os partidos de extrema direita gravitam em direção à homofobia e à islamofobia, por exemplo. Nota-se que as liberdades individuais, inerentes aos regimes democráticos, são postas em xeque. Em nome da preservação dos costumes, uma camada considerável da sociedade é posta à margem por exercer sua religiosidade e sexualidade.

Como foi explanado, desde a sua fundação o AfD tem progressivamente se posicionado enquanto uma figura central do sistema político alemão. Em um curto espaço temporal, 2013 a 2018, o partido avolumou suas proporções e conseguiu se estabelecer enquanto uma organização de nível nacional. Em seu pioneirismo, o AfD foi o primeiro partido eurocético alemão a ganhar um crescente e significativo apoio eleitoral em nível regional, nacional e europeu. Junto ao seu euroceticismo, o partido também apresenta uma retórica xenofóbica, nativista e de “lei e ordem” que o aproxima da extrema direita.

A literatura, como Grimm (2015), indica que, em contraste com uma posição pró-União Europeia dos partidos centristas alemães, como o União Democrata-Cristã, União Social-Cristã e o Partido Social Democrata da Alemanha, o “Alternativa” se apoiou em um programa eurocético para angariar votos. Tendo em mente as vitórias que

o partido obteve, as propostas euroceticistas estariam ecoando dentro da sociedade alemã.

O partido também apoia o movimento PEGIDA que, assim como o AfD, se posiciona de forma contrária às elites e ao *establishment* político e engloba alguns elementos sensíveis em termos sociais para evitar a “perda” da identidade alemã, como o aumento da rigidez das leis anti-imigração.

O AfD defende que a configuração atual da União Europeia é ilegítima e, como solução, propõe que a população participe ativamente da tomada de decisões, ou seja, a União Europeia ganharia legitimidade através do voto popular em detrimento às escolhas de uma elite política. Esse posicionamento se enquadra como contrário à União Europeia enquanto bloco e instituição, mas por ainda manter um viés democrático, não põe o projeto da integração em perigo a curto prazo, tendo em vista o tempo e esforço político que é necessário para conduzir uma reforma política e institucional como essa.

Pode-se dizer o mesmo a respeito da proposta do “Alternativa” de dissolver a União Europeia a ponto de retroceder a uma configuração apenas de união econômica, mas não deixa de ser um elemento inquietante, uma vez que o partido defende a saída da Alemanha da União Europeia caso não alcance os seus objetivos políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **Global trends: forced displacement in 2015**. 2016. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/576408cd7/unhcr-global-trends-2015.html>> Acessado em 21 de fevereiro de 2019.

ACNUR, **A new beginning: refugee integration in Europe**. 2013. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/protection/operations/52403d389/new-beginning-refugee-integration-europe.html>> Acessado em 16 de março de 2019.

AfD, Alternative für Deutschland. **Manifesto for Germany**. 2017. Disponível em: <https://www.AfD.de/wp-content/uploads/sites/111/2017/04/2017-04-12_AfD-grundsatzprogramm-englisch_web.pdf> Acessado em 07/11/2019.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ARZHEIMER, Kai. Explaining electoral support for the radical right. In: RYDGREN, Jens (Ed). **The handbook of the radical right**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

BACKES, Uwe; MUDDE, Cas. Germany: extremism without successful parties. **Parliamentary Affairs**, v. 53, n. 3, p. 457-468, 2000.

BACKES, Uwe. The radical right in Germany, Austria and Switzerland. In: RYDGREN, Jens (Ed). **The handbook of the radical right**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

BBC, British Broadcasting Corporation. **Germany elections: further blow for Merkel in Hesse**. 28 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-46012098>> Acessado em 28 de março de 2019.

BBC, British Broadcasting Corporation. **Europe and nationalism: a country-by-country guide**. 2018. Disponível em < <https://www.bbc.com/news/world-europe-36130006>> Acessado em 20/11/2019.

BENCEK, David; STRASHEIM, Julia. Refugees welcome? A dataset on anti-refugee violence in Germany. **Research and politics**, v. 3, n. 4, outubro-dezembro, 2016.

BERBUIR, Nicole; LEWANDOWSKY, Marcel; SIRI, Jasmin. The AfD and its sympathisers: finally a right-wing populist movement in Germany? **German Politics**, v. 24, n. 2, 2015.

BERENDT, Joanna. Poland's leaders march with far-right groups on Independence Day. **The New York Times**. 11 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/11/11/world/europe/poland-far-right-independence-day.html>> Acessado em: 09 de fevereiro de 2019.

BERTONHA, João Fábio. **Fascismo, nazismo e integralismo**. São Paulo: Ática, 2000.

BETZ, Hans-Georg. **Radical right-wing populism in Western Europe**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 1994.

BETZ, Hans-Georg. Xenophobia, identity politics and exclusionary populism in Western Europe. **Socialist Register: fighting identities**. v. 39, p. 193-210, 2003.

BLEICH, Erik. What is islamophobia and how much is there? Theorizing and measuring an emerging comparative concept. **American Behavioral Scientist**, v. 55, n. 12, p. 1581-1600, 2011.

BLOND, Josie Le. German chancellor Angela Merkel will not seek re-election in 2021. **The Guardian**. 29 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/oct/29/angela-merkel-wont-seek-re-election-as-cdu-party-leader>> Acessado em: 28 de março de 2018.

BONEFELD, Werner. Freedom and the strong state: on German ordoliberalism. **New political economy**, n. 5, v. 17, novembro, 2012.

BOSSWICK, Wolfgang. Development of asylum policy in Germany. **Journal of Refugee Studies**, n. 1, v. 13, p. 43-60, 2000.

BULMER, Simon; PATERSON, William. Germany as the EU reluctant hegemon? Of economic strength and political constraints. **Journal of European public policy**, n. 10, v. 20, p. 1387-1405, 2013.

CARTER, Elisabeth. **The extreme right in Western Europe: success or failure?**. Manchester: Manchester University Press, 2005.

CHUEIRI, Vera Karam de; CÂMARA, Eloisa Fernandes. Direitos humanos em movimento: migração, refúgio, saudade e hospitalidade. **Direita, Estado e Sociedade**, n. 36, p. 158-177, jan/jun, 2010.

CLARKE, Seán. German election: full results. **The Guardian**. 25 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2017/sep/24/german-elections-2017-latest-results-live-merkel-bundestag-afd>> Acessado em: 31 de março de 2019.

DOSTAL, Jorg Michael. The Pegida movement and the German political culture: is right-wing populism here to stay? **The political quarterly**, v. 86, n. 4, outubro-dezembro, 2015.

FEST, Joachim. **Hitler v. 1**. São Paulo: Saraiva de bolso, 2012.

GENESINI, Silvio. **Revista USP**, São Paulo, n. 116, p. 45-58, jan./fev./mar., 2018.

GIVENS, Terri. **Voting radical right in Western Europe**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2005.

GRIMM, Robert. The rise of the German Eurosceptic party *Alternative für Deutschland*, between ordoliberal critique and popular anxiety. **International Political Science Review**, v. 36, n. 3, p. 264-278, junho, 2015.

GUEDDES, Andrew. **The politics of migration and immigration in Europe**. Londres: SAGA Publications, 2003.

HAINSWORTH, Paul. **The extreme right in Western Europe**. Nova Iorque: Routledge, 2008.

HATHEWAY, Jay. The pre-1920 origins of the national socialist German worker's party. **Journal of Contemporary History**, v. 29, n. 30, p. 433-462, 1994.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX:1914-1991**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HOCKENOS, Paul. Nothing can take down Angela Merkel – except 800.000 refugees. **Foreign policy**. 22 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2015/10/22/nothing-can-take-down-angela-merkel-except-800000-refugees-germany-cdu-pegida/>> Acessado em: 24 de março de 2019.

KALLIS, Aristotle. The radical right and islamofobia. In: RYDGREN, Jens. **The handbook of the radical right**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

KINGSLEY, Patrick. On the surface, Hungary is a democracy, but what lies underneath?. **The New York Times**. 10 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/12/25/world/europe/hungary-democracy-orban.html?rref=collection%2Ftimestopic%2FOrban%2C%20Viktor&action=click&contentCollection=timestopics®ion=stream&module=stream_unit&version=latest&contentPlacement=3&pgtype=collection> Acessado em: 09 de fevereiro de 2019.

KLEIN, Caroline R. M., **Roberto Campos e o ordoliberalismo alemão: ideias e planejamento para o Brasil (1963-1987)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

KOPECKÝ, Petr; MUDDE, Cas. The two sides of Euroscepticism: party positions on European integration in East Central Europe. **European Union Politics**, v. 3, n. 3, p. 297-326, 2002.

KUNDNANI, Hans. **The paradox of German power**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2015.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 1978.

LANGE, Matthew. State formation and transformation in Africa and Asia: the third phase of state expansion. In: LEIBFRIED, Stephan *et al* (Ed). **The Oxford handbook of transformation of the state**. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 116-130.

MERKEL, Angela. Regierungserklärung von Bundeskanzlerin Merkel. **Die Bundesregierung**. 18 de junho de 2015a. Disponível em: <<https://www.bundesregierung.de/breg-de/suche/regierungserklaerung-von-bundeskanzlerin-merkel-798908>> Acessado em: 24 de março de 2019.

MERKEL, Angela. Jeden Menschen als Menschen behandeln. **Die Bundesregierung**. 04 de outubro de 2015b. Disponível em: <<https://www.bundeskanzlerin.de/bkin-de/aktuelles/-jeden-menschen-als-menschen-behandeln--473058>> Acessado em: 24 de março de 2019.

MUDDE, Cas. The single-issue party thesis? Extreme right parties and immigration issue. **West European Politics**. v. 23, n. 3, p. 182-197, 1999.

MUDDE, Cas. **The ideology of the extreme right**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

MUDDE, Cas. **Populist radical party in Europe**. Manchester: Manchester University Press, 2007.

NETTO, Andrei. **Extrema direita alemã amplia atos contra imigrantes**. 2018. Disponível em <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,extrema-direita-alema-amplia-atos-contra-imigrantes,70002481074>> Acessado em 20/11/2019.

NORRIS, Pippa. **Radical right: voters and parties in the electoral market**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

OIM, Organização Internacional para a Migração. **Mixed migration flows in the Mediterranean and Beyond**. Compilation of available data and information 2015. Disponível em <https://www.iom.int/sites/default/files/situation_reports/file/Mixed-Flows-Mediterranean-and-Beyond-Compilation-Overview-2015.pdf> Acessado em 17/11/2018.

ONU. Assembleia Geral. Resolução 429 (V). **Convenção relativa ao estatuto dos refugiados**. 28 de julho de 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf> Acessado em: 21 de fevereiro de 2019.

ONU. Assembleia Geral. Resolução 2198 (XXI). **Protocolo de 1967 relativo ao estatuto dos refugiados**. 31 de janeiro de 1967. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf> Acessado em: 21 de fevereiro de 2019.

ORANGE, Richard. Denmark swings right on the immigration- and Muslims feel besieged. **The guardian**. 10 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/jun/10/denmark-swings-right-immigration-muslims-besieged-holbaek>> Acessado em: 09 de fevereiro de 2019.

PAIVA, Odair da Cruz. Migrações internacionais pós Segunda Guerra Mundial: a influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1960. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom. Disponível em: <<https://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Odair%20da%20Cruz%20paiva.pdf>> Acessado em: 08 de fevereiro de 2019.

PETERS, Guy. **The new institutionalism**. London: Cassells (1999).

RIBEIRO, João. **O que é nazismo**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

ROCHA, Douglas de Quadros; *et al.* Alto comissariados das Nações Unidas para refugiados: a crise de refugiados sírios. **UFRGSMUNDI**, v. 4, p. 18-45, 2016.

SHUSTER, Simon. Austria's young chancellor Sebastian Kurz is bringing the far-right into mainstream. **TIME**. 29 de dezembro de 2018. Disponível em: <<http://time.com/5466497/sebastian-kurz/>> Acessado em: 09 de fevereiro de 2019.

STILLE, Alexander. How Matteo Salvini pulled Italy to the far right. **The guardian**. 09 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/news/2018/aug/09/how-matteo-salvini-pulled-italy-to-the-far-right>> Acessado em: 09 de fevereiro de 2019.

TAGGART, Paul. A touchstone of dissent: Euroscepticism in contemporary Western European party systems. **European Journal of Political Research**, v. 33, n. 3, p. 363-388, 1998.

TAGGART, Paul; SZCZERBIAK, Aleks. **Parties, positions and Europe: Euroscepticism in the EU candidate states of Central and Eastern Europe**. Brighton: Sussex European Institute, 2001

THE ECONOMIST. **Poland's ruling Law and Justice party is doing lasting damage.** 21 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.economist.com/europe/2018/04/21/polands-ruling-law-and-justice-party-is-doing-lasting-damage>> Acessado em: 09 de fevereiro de 2019.

VASILOPOULOU, Sofia. Varieties of Euroscepticism: the case of the European extreme right. **Journal of Contemporary European Research**, v. 5, n. 1, p. 3-23, 2009.

VASILOPOULOU, Sofia. **Far right parties and Euroscepticism: Patterns of opposition.** Rowman & Littlefield International, Limited, 2017.

VASILOPOULOU, Sofia. **The Radical Right and Euroscepticism** RYDGREN, Jens (Ed.). **The Oxford handbook of the radical right.** Oxford University Press, 2018.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Primavera Árabe entre a democracia e a geopolítica do petróleo.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

WAGNER, Markus. When do parties emphasise extreme positions? How strategic incentives for policy differentiation influence issue importance. **European Journal of Political Research**, v. 51, n. 1, p. 64-88, 2012.